Estratégia CONCURSOS

Aula 00 (Prof.

Conhecimentos Específicos p/ Prefeitura de Uberlândia (Psicólogo) Com Videoaulas - Pós-Edital

Professor: Ligia Carvalheiro Fernandes, Marina Becalli, Ricardo Torques

SUMÁRIO	PÁGINA
1. Apresentação	*02*
2. Ética profissional	*04*
3. Código de Ética	*05*
3.1 Apresentação do Código	*06*
3.2. Princípios fundamentais	*09*
3.3. Das responsabilidades do psicólogo	*11*
3.3.1 Das vedações do psicólogo	*13*
3.4. Das disposições gerais	*23*
4. Resolução de questões	*25*
5. Lista de questões	*56*
6. Gabarito	*74*



AULA 00 - DEMONSTRATIVA

1.1 – APRESENTAÇÃO

Caro aluno,

É com grande alegria que lhe dou boas-vindas a este curso de **PSICOLOGIA** específico para a **Prefeitura de Uberlândia** que será composto por:

- curso escrito (em PDF), formado por 09 aulas em que explico o conteúdo teórico, além de apresentar questões resolvidas.

- **fórum de dúvidas**, em que você pode entrar em contato direto conosco quando julgar necessário.

Em cada aula teremos a exposição da teoria seguida da resolução e comentários de questões de provas sobre o assunto. Nos comentários, pode haver explicações novas. Dessa forma, teoria e questões se complementam. Ao final, disponibilizarei a lista de questões trabalhadas na aula seguidas do gabarito.

Caso haja alguma dúvida em relação ao conteúdo, você está convidado a compartilhá-la no fórum de dúvidas. A possibilidade de interação com o professor é um dos diferenciais dos cursos em PDF; portanto, não hesite em usá-la.

Você nunca estudou Psicologia para concursos? Não tem problema, este curso também é para você. Isto porque você estará adquirindo um material bastante completo, onde você poderá trabalhar em aulas escritas, e resolver exercícios, sempre podendo aprender com as resoluções das questões e tirar dúvidas através do fórum. **Mesmo sem ter estudado este conteúdo antes, você pode conseguir um ótimo desempenho na sua prova**. Se você se encontra nesta situação, será preciso investir um tempo maior, dedicar-se bastante ao nosso curso.

Dito isso, ressalto as características principais do curso:

- **Conteúdo** teórico completo e atualizado, apresentado de forma clara e objetiva;
- **Questões resolvidas e comentadas;**
- **Contato direto com o professor via fórum para retirada de dúvidas;**

Quando nosso edital sair, o curso é automaticamente atualizado para cobrir os possíveis novos conteúdos trazidos pelo edital e com as questões direcionadas para a banca escolhida. Enfim, espero que você aproveite o curso, tire as suas dúvidas, estude bastante e, na hora da prova, consiga ter um ótimo desempenho. Todo o esforço empregado nessa fase de preparação será recompensado com a alegria que acompanha a aprovação, momento que esperamos compartilhar com você!

Meu nome é Marina Beccalli e sou professora de Psicologia aqui do Estratégia Concursos. Sou formada em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), tendo experiência de atuação na área clínica em consultório particular, com ênfase na Psicanálise. Fui aprovada para o cargo de Psicólogo Judiciário do Tribunal de Justiça de SP (TJ/SP) no concurso de 2017. Além disso, a Psicologia Jurídica é a área da minha especialização e também sou psicóloga perita da Justiça Federal, com ênfase em casos de sequestro internacional de crianças.

Espero que seja produtivo o nosso **encontro e diálogo**. Além disso, sei o quanto faz diferença na preparação um material de qualidade, e o estudo para concurso exige ferramentas que sejam confiáveis, que sejam elaboradas de forma objetiva, sintetizada e com foco no que é cobrado em provas.

Para finalizar esta apresentação, quero que você tenha em mente que o primeiro passo para o sucesso é entender que **todo processo precisa de muita dedicação**. Ao estudar para concursos, é necessário escolher o melhor material de estudo, pois essa decisão, junto com seu esforço, é o que vai determinar sua aprovação.

Quer tirar alguma dúvida antes de adquirir o curso? Deixo abaixo meus contatos:



E-mail: marinapbeccalli@gmail.com

Facebook: Marina Beccalli

Instagram: @marinapbeccalli

2 – ÉTICA PROFISSIONAL



A profissão de psicólogo foi criada no Brasil a partir da lei nº 4.119/62, que estabelece as normas para a oferta de cursos de graduação em psicologia.

Com a publicação da Lei 5.766/71 e do Decreto 79.822/77 foram criados o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, com o intuito de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão.

Com a criação dos conselhos, o exercício da profissão passou a ser permitido apenas a quem possuísse a Carteira de Identidade Profissional, emitida pelo Conselho Regional de Psicologia da respectiva jurisdição.

Quando se fala em ética profissional, podemos pensar **no conjunto de normas pelas quais um indivíduo deve orientar seu comportamento profissional.** O CFP elaborou o **Código de Ética**

Profissional do Psicólogo, atendendo às demandas sociais e norteado por elevados padrões técnicos, buscando um adequado exercício profissional do psicólogo com seus pares e com a sociedade.

3 – CÓDIGO DE ÉTICA



O Código é o terceiro elaborado e foi aprovado em 2005, a partir de uma construção coletiva. **Ele visa estabelecer um padrão de conduta que fortaleça o reconhecimento social da categoria**. Além de conhecer o Código de Ética, o profissional precisa estar a par das resoluções e cartilhas editadas pelo CFP. Essas Resoluções têm como objetivo normatizar o exercício da profissão:

- Determinando regras quanto à conduta profissional na prestação do cuidado;
- Definindo critérios para a utilização de instrumentos e técnicas na pesquisa e no exercício profissional;
- Marcando o posicionamento do Conselho Federal de Psicologia em relação a temas de relevância social;
- Norteando a conduta profissional de acordo com princípios de respeito às individualidades, ao direito à vida e à saúde, do direito à cidadania e à dignidade da pessoa humana.

3.1 – APRESENTAÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA

Um Código de Ética profissional, por estabelecer padrões esperados de determinada categoria profissional, procura incentivar a autorreflexão de cada indivíduo sobre sua prática, de modo a **responsabilizá-lo, pessoal e coletivamente, por ações e consequências no exercício profissional**.

O objetivo de um código de ética profissional não é de normatizar a técnica do trabalho e sim a de **assegurar, dentro de valores relevantes para a sociedade, um padrão de conduta que fortaleça o reconhecimento social daquela categoria.** Expressa uma concepção de homem e de sociedade que baliza as formas das relações entre os indivíduos e se baseia no respeito ao sujeito humano e seus direitos fundamentais.

Um código de ética não pode ser visto como um conjunto estático de normas imutáveis no tempo. É necessário reflexão e avaliação contínuas. É o terceiro código de ética dos psicólogos no Brasil e busca atender ao contexto legal, principalmente após a promulgação da Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã. Foi construído por meio de espaços de discussão sobre a ética da profissão, suas responsabilidades, com a participação direta dos psicólogos e aberto à sociedade.

Este Código pautou-se pelo **objetivo geral se aproximar mais de um instrumento de reflexão do que de um conjunto de normas a serem seguidas pelo psicólogo** e se pauta nos seguintes Princípios:



a. Valorizar os princípios fundamentais como grandes eixos que devem orientar a relação do psicólogo com a sociedade, a profissão, as entidades profissionais e a ciência, pois esses eixos atravessam todas as práticas e estas demandam uma contínua reflexão sobre o contexto social e institucional.

b. Abrir espaço para a discussão, pelo psicólogo, dos limites e interseções relativos aos direitos individuais e coletivos, questão crucial para as relações que estabelece com a sociedade, os colegas de profissão e os usuários ou beneficiários dos seus serviços.

c. Contemplar a diversidade que configura o exercício da profissão e a crescente inserção do psicólogo em contextos institucionais e em equipes multiprofissionais.

d. Estimular reflexões que considerem a profissão como um todo e não em suas práticas particulares, uma vez que os principais dilemas éticos não se restringem a práticas específicas e surgem em quaisquer contextos de atuação.

Espera-se que o Código seja capaz de mostrar para a sociedade as responsabilidades e deveres do psicólogo, oferecer diretrizes para sua formação e critérios para suas ações, contribuindo para o **fortalecimento a ampliação do significado social da profissão.**

*****

Vamos ver como esses assuntos são cobrados em prova?



(SEPLAG/MG – IBF – 2013) O Código de Ética é um importante instrumento para uma categoria profissional, na medida em que contribui para promover uma reflexão acerca de questões relativas ao exercício profissional. Assinale a alternativa correta em relação ao atual Código de Ética do Psicólogo:

(A) Pautou-se pelo princípio geral de aproximar-se de um conjunto de normas a serem seguidas pelo psicólogo.

(B) Na sua construção, buscou-se valorizar os princípios fundamentais como grandes eixos que devem orientar a relação do psicólogo com a sociedade, a profissão, as entidades profissionais e a ciência.

(C) É o quarto código da categoria no Brasil, e entrou em vigor em 2005.

(D) Conta apenas com as responsabilidades do psicólogo, do qual é exigido o cumprimento de uma série de questões relativas à prática profissional.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O Código de Ética Profissional traz normas fundamentais para a profissão, mas também traz uma concepção sobre o homem, as relações entre indivíduos, servindo como um instrumento de reflexão.

(B) **CORRETA.** A produção do Código de Ética Profissional e suas discussões observaram questões técnicas, bem como questões de ordem social e filosófica, de forma que ele aborda a relação do psicólogo com a sociedade, com a profissão, com as entidades profissionais e com a ciência.

(C) **INCORRETA.** Esta atual versão é a terceira, em vigor desde 27 de agosto de 2005.

(D) **INCORRETA.** O Código de Ética Profissional tem discussões que trazem uma autorreflexão exigida de cada um frente a sua prática, para que haja uma responsabilização, de maneira pessoal e coletiva, por ações e suas consequências no exercício profissional, indo além das suas responsabilidades de psicólogo.

(HEPP – IBFC – 2014) Tendo em vista o atual Código de Ética do Psicólogo, pode-se considerar que, em sua construção, buscou-se a aproximação de um:

(A) Instrumento de reflexão do profissional.

(B) Conjunto de normas a serem seguidas pelo psicólogo.

(C) Conjunto de padrões de conduta específicos para cada prática particular do psicólogo, uma vez que os principais dilemas éticos se restringem a práticas específicas.

(D) Instrumento que possa ser utilizado como modelo para ações específicas, principalmente na área de atuação clínica, escolar, organizacional e hospitalar.

COMENTÁRIOS:

Apesar das técnicas que envolvem cada profissão, o Código de Ética do Psicólogo traz aspectos de reflexão, devido ao momento do país e à Psicologia como uma área recente de desenvolvimento científico e profissional.

(A) **CORRETA.** Além das características técnicas e dos padrões esperados quanto às práticas da categoria profissional, também é missão do Código de Ética do Psicólogo ser um instrumento de reflexão quanto a valores universais, e de acordo com o momento social e cultural do país.

(B) **INCORRETA.** O Código de Ética do Psicólogo não se restringe apenas a um conjunto de normas a serem seguidas, tendo, além disso, uma característica reflexiva.

(C) **INCORRETA.** Os dilemas éticos não se limitam apenas a práticas específicas e o Código não se restringe a elas, pois também se refere a condutas que têm relação com visão de mundo e de contexto sociocultural.

(D) **INCORRETA.** O Código de Ética do Psicólogo não dispõe apenas sobre as áreas clínicas, escolares, organizacionais e hospitalares. Ele regulamenta a profissão como um todo, incluindo as especificidades da prática, e também fala sobre limites individuais e coletivos na relação com responsabilidade e compromisso com a promoção da cidadania.

3.2 – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS



Os Princípios Fundamentais são os eixos que norteiam os artigos deste Código de ética.



I. O psicólogo baseará seu trabalho no **respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano,** apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e **contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.**
III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, **analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.**
IV. **O psicólogo atuará com responsabilidade,** por meio do **contínuo aprimoramento profissional**, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática.
V. O psicólogo contribuirá para **promover a universalização do acesso da população às informações, ao conhecimento da ciência psicológica, aos serviços e aos padrões éticos da profissão**.
VI. O psicólogo zelará para que o **exercício profissional seja efetuado com dignidade, rejeitando as situações em que a Psicologia esteja sendo aviltada.**
VII. O psicólogo **considerará as relações de poder** nos contextos em que atua e os **impactos dessas relações** sobre as suas atividades profissionais, **posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código**.

HORA DE PRATICAR!



(TRT 12º REGIÃO – FCC – 2013) Acerca do Código de Ética Profissional do Psicólogo, é INCORRETO afirmar que o psicólogo:

(A) Contribuirá para promover a universalização do acesso da população às informações, ao conhecimento da ciência psicológica, aos serviços e aos padrões éticos da profissão.

(B) Zelará para que o exercício profissional seja efetuado com austeridade, mesmo quando levado a tolerar e aceitar situações em que a Psicologia esteja sendo aviltada.

(C) Atuará com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática.

(D) Trabalhará visando a promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de discriminação, negligência, exploração, violência, crueldade e opressão.

(E) Atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.

COMENTÁRIOS:

(A) **CORRETA.** O Código dispõe que o psicólogo contribua para a universalização do acesso da população às informações e conhecimentos da profissão.

(B) **INCORRETA.** O Código fala que o profissional deve rejeitar situações em que a Psicologia esteja sendo aviltada.

(C) **CORRETA.** O Código defende uma atuação com responsabilidade e contínuo aprimoramento por parte do psicólogo.

(D) **CORRETA.** O Código dispõe que o psicólogo trabalhará visando a promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

(E) **CORRETA.** O Código determina que haja, por parte do profissional, uma análise crítica e histórica da realidade política, econômica, social e cultural.

3.3 – DAS RESPONSABILIDADES DO PSICÓLOGO



Art. 1º - São **deveres** fundamentais dos psicólogos:



(a) Conhecer, divulgar, cumprir e fazer cumprir este Código (**preste atenção:** caso cometa falta ética, o profissional não poderá alegar que não conhecia seus deveres, pois todo psicólogo tem o dever de conhecer a legislação que regulamenta a profissão);

(b) Assumir responsabilidades profissionais **somente por atividades para as quais esteja capacitado pessoal, teórica e tecnicamente** (**preste atenção:** caso o psicólogo seja chamado a prestar um serviço para o qual não esteja capacitado, deverá recusar-se tendo como argumento o dever previsto no Art.1ºb do Código de Ética Profissional do Psicólogo);

(c) Prestar serviços psicológicos de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desses serviços, **utilizando princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional (**Perceba: o Código associa a prestação do serviço de qualidade à necessidade de condições adequadas de trabalho. Por exemplo, podemos pensar em um lugar em que não haja um espaço apropriado para a escuta do paciente, o que faz com que o som vaze e o sigilo seja comprometido. Com base no Código, o profissional poderá solicitar um espaço adequado para a prestação do serviço. Já na outra parte fica claro que o profissional pode utilizar somente técnicas ou instrumentos que tenham fundamentação com a ética da profissão, além de comprovado embasamento científico e estejam de acordo com o Código);

(d) Prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou de emergência, **sem visar benefício pessoal;**

(e) Estabelecer acordos de prestação de serviços que **respeitem os direitos do usuário ou beneficiário dos serviços de Psicologia**;

(f) Fornecer, **a quem de direito**, sobre os encaminhamentos apropriados, a partir da prestação de serviços psicológicos e fornecer, **sempre que solicitado**, os documentos pertinentes ao bom termo do trabalho;

(g) Informar, **a quem de direito**, os resultados decorrentes da prestação de serviços psicológicos e fornecer, **sempre que solicitado**, os documentos pertinentes ao bom termo do trabalho;

(h) Orientar a quem de direito sobre os encaminhamentos apropriados, a partir da prestação de serviços psicológicos, e fornecer, sempre que solicitado, os documentos pertinentes ao bom termo do trabalho;

(i) **Zelar para que a comercialização, aquisição, doação, empréstimo, guarda e forma de divulgação do material privativo do psicólogo** sejam feitas conforme os princípios deste Código;

(j) Ter, para como o trabalho dos psicólogos e de outros profissionais, respeito, consideração e solidariedade e, **quando solicitado, colaborar com estes**, salvo impedimento por motivo relevante;

(k) **Sugerir serviços de outros psicólogos, sempre que, por motivos justificáveis, não puderem ser continuados pelo profissional que os assumiu inicialmente**, fornecendo ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho;

(l) Levar ao conhecimento das instâncias competentes o exercício ilegal ou irregular da profissão, transgressões a princípios e diretrizes deste Código ou da legislação profissional.

HORA DE PRATICAR!

(UFJF – COPESE – 2013) De acordo com o Código de Ética Profissional, são deveres fundamentais do psicólogo, EXCETO:

(A) Prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou de emergência, sem visar ao benefício pessoal.

(B) Fornecer, a quem de direito, na prestação de serviços psicológicos, informações concernentes ao trabalho a ser realizado e ao objetivo pessoal.

(C) Ter, para com o trabalho dos psicólogos e de outros profissionais, respeito, consideração e solidariedade e, quando solicitado, colaborar com estes, salvo impedimento por motivo relevante.

(D) Desviar para serviço particular ou de outra instituição, visando ao benefício próprio, pessoas ou organizações com a qual mantenha qualquer tipo de vínculo profissional.

COMENTÁRIOS:

(A) **CORRETA.** Prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública é um dos deveres fundamentais do psicólogo.

(B) **CORRETA.** O fornecimento de serviços psicológicos a quem de direito é dever fundamental.

(C) **CORRETA.** Ter respeito, consideração e solidariedade é dever fundamental do psicólogo e a colaboração com colegas e outros profissionais somente não ocorrerá por motivo relevante.

(D) **INCORRETA.** Ao psicólogo é vedado desviar para serviço particular ou de outra instituição, visando ao benefício pessoal, pessoas ou organizações atendidas por instituição com a qual mantenha qualquer tipo de vínculo profissional.

3.3.1 – Vedações ao psicólogo:



Art. 2º: Ao psicólogo é **vedado**:

a) **Praticar ou ser conivente** com quaisquer atos que caracterizem a **negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão.**

b) **Induzir a convicções** políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, **quando do exercício de suas funções profissionais**;

c) Utilizar ou favorecer o uso de conhecimento e **a utilização de práticas psicológicas como instrumentos de castigo, tortura ou qualquer forma de violência**;

d) **Acumpliciar-se com pessoas ou organizações** que exerçam ou favoreçam **o exercício ilegal da profissão** de psicólogo ou de qualquer outra atividade profissional;

e) **Ser conivente** com erros, faltas éticas, violação de direitos, crimes ou contravenções penais praticados por psicólogos na prestação de serviços profissionais;

f) **Prestar serviços ou vincular o título de psicólogo a serviços de atendimento psicológico cujos procedimentos, técnicas e meios não estejam regulamentados ou reconhecidos pela profissão**;

g) Emitir documentos sem fundamentação e qualidade técnico-científica;

h) **Interferir na validade e fidedignidade de instrumentos** e técnicas psicológicas, **adulterar seus resultados** ou fazer **declarações falsas**;

i) Induzir qualquer pessoa ou organização a recorrer a seus serviços;

j) Estabelecer com a pessoa atendida, familiar ou terceiro, que tenha vínculo com o atendido, relação que possa **interferir negativamente** nos objetivos do serviço prestado;

k) **Ser perito, avaliador ou parecerista** em situações nas quais seus vínculos pessoais ou profissionais, atuais ou anteriores, possam afetar a qualidade do trabalho a ser realizado ou a fidelidade aos resultados da avaliação;

l) **Desviar para serviço particular** ou de outra instituição, **visando benefício próprio**, pessoas ou organizações atendidas por instituição com a qual mantenha qualquer tipo de vínculo profissional;

m) Prestar serviços profissionais a organizações concorrentes de modo que possam resultar em prejuízo para as partes envolvidas, decorrentes de informações privilegiadas;

n) Prolongar, desnecessariamente, a prestação de serviços profissionais;

o) Pleitear ou receber comissões, empréstimos, doações ou vantagens outras de qualquer espécie, além dos honorários contratados assim como intermediar transações financeiras;

p) Receber, pagar remuneração ou porcentagem por encaminhamento de serviços;

q) Realizar diagnósticos, divulgar procedimentos ou apresentar resultados de serviços psicológicos em **meios de comunicação, de forma expor pessoas, grupos ou organizações.**

HORA DE PRATICAR!

(SESACRE – FUNCAB – 2013) As alternativas abaixo apresentam o que é vetado ao psicólogo no exercício profissional, de acordo com o artigo 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo, EXCETO:

(A) Induzir qualquer pessoa ou organização a recorrer a seus serviços.

(B) Emitir documentos sem fundamentação e qualidade técnico científica.

(C) Induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual, quando do exercício de suas funções profissionais.

(D) Prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou de emergência.

(E) Prestar serviços ou vincular o título de psicólogo a serviços de atendimento cujos procedimentos não estejam reconhecidos pela profissão.

COMENTÁRIO:

(A) **CORRETA.** Ao psicólogo é vedado pelo artigo 2º do Código de Ética Profissional induzir qualquer pessoa ou organização a recorrer a seus serviços.

(B) **CORRETA.** O trabalho do psicólogo deve se pautar na ética e na qualidade técnico-científica, aspectos que também devem ser observados na emissão de documentos.

(C) **CORRETA.** O psicólogo não deve induzir convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, nem de orientação sexual.

(D) **INCORRETA.** Um dos deveres fundamentais do psicólogo é prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou de emergência sem visar ao benefício pessoal.

(E) **CORRETA.** Alguns procedimentos e técnicas não são reconhecidos pelo CFP. É vedado ao psicólogo prestar serviços ou vincular o seu título a serviços de atendimento cujos procedimentos não estejam reconhecidos pelo Código e pelo Conselho Federal de Psicologia. Como exemplo, podemos citar o reiki e a aromaterapia.



TOME NOTA!

Art.3º - O psicólogo, **para ingressar, associar-se ou permanecer em uma organização considerará a missão, a filosofia, as políticas, as normas e as práticas nela vigentes e sua compatibilidade com os princípios e regras** deste Código.

Parágrafo Único**: Existindo incompatibilidade**, cabe ao psicólogo **recusar-se a prestar serviços** e, se pertinente, apresentar denúncia ao órgão competente.

Art.4º - Ao fixar a remuneração pelo seu trabalho, o psicólogo:

a) Levará em conta a **justa retribuição aos serviços** prestados e as **condições do usuário ou beneficiário**;

b) Estipulará o valor **de acordo com as características da atividade** e o comunicará ao usuário ou beneficiário antes do início do trabalho a ser realizado;

c) Assegurará a **qualidade** dos serviços oferecidos **independentemente do valor acordado**.

Art.5º - O psicólogo, quando participar de greves ou paralisações, garantirá que:

a) As **atividades de emergência não sejam interrompidas**;

b) Haja prévia comunicação da paralisação aos usuários ou beneficiários dos serviços atingidos pela mesma.



Art.6º - O psicólogo, **no relacionamento com profissionais não-psicólogos:**

a) **Encaminhará** a profissionais ou entidades habilitados e qualificados **demandas que extrapolem seu campo de atuação**;

b) Compartilhará **somente informações relevantes para qualificar o serviço prestado**, resguardando o caráter confidencial das comunicações, assinalando a **responsabilidade,** de quem as receber**, de preservar o sigilo.**

Art.7º- O psicólogo **poderá intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional**, nas seguintes situações:

a) **A pedido do profissional** responsável pelo serviço;

b) Em **caso de emergência ou risco ao beneficiário** ou usuário do serviço, quando dará imediata ciência ao profissional;

c) Quando **informado expressamente, por qualquer uma das partes, da interrupção voluntária e definitiva** do serviço;

d) Quando se tratar de trabalho multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia adotada.



(SEPLAG/MG – IBFC – 2013) De acordo com o atual Código de Ética do Psicólogo, este poderá intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional nas seguintes situações:

I- A pedido do profissional responsável pelo serviço.

II- Em caso de emergência ou risco ao usuário do serviço, quando não será necessário dar imediata ciência ao profissional.

III – Quando informado expressamente, por qualquer das partes, da interrupção voluntária e definitiva do serviço.

IV – Quando se tratar de trabalho multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia adotada.

Estão corretas as afirmativas:

(A) Apenas I e IV estão corretas.

(B) Apenas I e II estão corretas.

(C) Apenas II e III são falsas.

(D) Apenas II é falsa.

COMENTÁRIO:

I. **CORRETA.** Poderá o psicólogo intervir na prestação de serviços psicológicos quando estejam sendo efetuados por outro profissional, a pedido do profissional responsável pelo serviço.

II. **INCORRETA.** Em caso de emergência ou risco ao usuário do serviço, poderá o psicólogo intervir na prestação de serviços psicológicos, mas dará imediata ciência ao profissional acompanhante.

III. **CORRETA.** Dado o caráter de interrupção voluntária e definitiva do serviço, após informação expressa, poderá o psicólogo intervir na prestação de serviços psicológicos anteriormente prestados por outro colega.

IV. **CORRETA.** Dentre as atividades do psicólogo está o trabalho multiprofissional. Quanto à metodologia adotada, poderá o profissional intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro colega.

RESPOSTA: D.



(TRE/CE – FCC – 2012 O art.4º do Código de Ética Profissional do Psicólogo informa que, ao fixar a remuneração pelo seu trabalho, o psicólogo levará em conta a justa retribuição aos serviços prestados e as condições do usuário ou beneficiário, estipulará o valor de acordo com as características da atividade e o comunicará ao usuário ou beneficiário antes do início do trabalho a ser realizado e assegurará a qualidade dos serviços oferecidos:

(A) Respeitando os valores aplicados pelo mercado de saúde.

(B) Por meio do valor acordado.

(C) Respeitando as tabelas de valores indicadas pelo Conselho Regional de Psicologia do qual faz parte.

(D) Respeitando a média dos valores estabelecidos pelas tabelas de valores indicadas pelo Conselho Regional de Psicologia do qual faz parte.

(E) Independentemente do valor acordado.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O psicólogo levará em conta a justa retribuição aos serviços prestados e as condições do usuário ou beneficiário, não se pautando apenas no mercado de saúde.

(B) **INCORRETA.** O valor acordado não será o determinante da qualidade dos serviços oferecidos.

(C) **INCORRETA.** Os valores da tabela disponibilizada pelo CFP são Valores de Referência Nacional de Honorários dos Psicólogos, e devem servir de base sem desconsiderar o que regula o Código de Ética quanto à observância das condições do usuário ou beneficiário.

(D) **INCORRETA.** Os Valores de Referência Nacional de Honorários dos Psicólogos são regulamentados pelo Conselho Federal de Psicologia. Os indicativos de valores de

honorários cobrados são apenas um parâmetro, cabendo a cada profissional definir, de acordo com o usuário dos seus serviços, as modificações e valores a serem cobrados.

(E) **CORRETA.** A qualidade dos serviços ofertados será assegurada independentemente do valor acordado.

Art.8º - para realizar o atendimento **não eventual de criança, adolescente ou interdito**, o psicólogo deverá **obter autorização de ao menos um de seus responsáveis**, observadas as determinações da legislação vigente:

§1º - no caso de não se apresentar um responsável legal o **atendimento deverá ser efetuado e comunicado às autoridades competentes**;

§2º - o psicólogo responsabilizar-se-á pelos encaminhamentos que se fizerem necessários para garantir a proteção integral do atendido.

Art.9º - É dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no exercício profissional.

Art.10º - Nas situações **em que se configure conflito** entre as exigências decorrentes do disposto no Art.9º e as afirmações dos princípios fundamentais deste Código, excetuando-se os casos previstos em lei, o psicólogo **poderá decidir pela quebra de sigilo, baseando sua decisão na busca do menor prejuízo**.

Art.11º - quando requisitado a **depor em juízo**, o psicólogo **poderá prestar informações**, considerando o previsto neste Código.

ESCLARECENDO o sigilo é um DEVER do psicólogo. No entanto, em certas situações, é permitido revelar algumas informações, devendo restringir-se a expor apenas os elementos estritamente necessários.

HORA DE PRATICAR!

QUESTÃO DA FCC

(TJ/PE – FCC – 2012) Segundo o Código de Ética Profissional do Psicólogo, o psicólogo, quando requisitado a depor em juízo:

(A) não poderá prestar informações dado que é dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional (Art. 9o).

(B) poderá prestar informações, considerando o previsto no Código de Ética Profissional do Psicólogo (Art. 11).

(C) não poderá prestar informações, dado que o psicólogo deve garantir a proteção integral do atendido (Art. 8o parágrafo 2o).

(D) poderá prestar somente informações se forem sobre indivíduo(s) maior(es) de 18 anos, com antecedente infracional (Art. 10, parágrafo único).

(E) não poderá prestar informações no caso de atendimento a crianças e adolescentes, dado que para fazê-lo, dependeria da autorização dos pais do(s) menor(es) por escrito (Art. 13).

COMENTÁRIOS:

É importante ressaltar que dados estritamente relevantes para outros profissionais e que garantam a proteção integral do atendido podem ser compartilhados, no que tange à sua relevância para o caso, e ainda com base no princípio da busca de menor prejuízo.

(A) **INCORRETA.** O Código dispõe que o psicólogo poderá depor em juízo, limitando-se a informações relevantes ao caso e com base no princípio da busca do menor prejuízo.

(B) **CORRETA.** O psicólogo poderá depor em juízo, compartilhando apenas informações relevantes ao caso, resguardando informações confidenciais e assinalando a quem receber a informação sobre a preservação do sigilo.

(C) **INCORRETA.** O atendimento não eventual de criança, adolescente e interdito deve ocorrer com a autorização de pelo menos um dos responsáveis. Há a possibilidade de que o psicólogo revele informações pertinentes ao caso, mas sempre de forma responsável e de forma a garantir a proteção integral do atendido.

(D) **INCORRETA.** O psicólogo pode decidir quebrar o sigilo na busca do menor prejuízo, mas essa quebra não está relacionada ao fato de serem os indivíduos maiores de 18 anos e com antecedentes infracionais.

(E) **INCORRETA.** No atendimento de criança, adolescente e interdito, pode haver também a quebra do sigilo, desde que se busque o princípio do menor prejuízo e se faça de forma responsável.

Art.12 – Nos documentos que embasam as atividades em equipe multiprofissional, o psicólogo **registrará apenas as informações necessárias** para o cumprimento dos objetivos do trabalho.

Art.13 – No atendimento à criança, ao adolescente ou ao interdito**, deve ser comunicado aos responsáveis o estritamente essencial** para se promoverem medidas em seu benefício.

Art.14 – A utilização de quaisquer meios de registro e observação da prática psicológica obedecerá às normas deste Código e a legislação profissional vigente, **devendo o usuário ou beneficiário, desde o início, ser informado.**

Art. 15 – Em caso de interrupção do trabalho do psicólogo, por quaisquer motivos, ele deverá zelar pelo destino dos seus arquivos confidenciais.

§1º - Em caso de **demissão ou exoneração**, o psicólogo **deverá repassar todo o material ao psicólogo que vier a substituí-lo, ou lacrá-lo para posterior utilização pelo psicólogo substituto.**

§2º - Em caso de **extinção do serviço de Psicologia**, o psicólogo responsável **informará ao Conselho Regional de Psicologia**, que providenciará a destinação dos arquivos confidenciais.

Art. 16 – O psicólogo, na realização de estudos, pesquisas e atividades voltadas para a produção de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias:



a) **Avaliará os riscos envolvidos**, tanto pelos procedimentos, como pela divulgação dos resultados, com o objetivo de **proteger as pessoas, grupos, organizações e comunidades envolvidas**;

b) **Garantirá o caráter voluntário da participação dos envolvidos**, mediante **consentimento livre e esclarecido**, salvo nas situações previstas em legislação específica e respeitando os princípios deste Código;

c) **Garantirá o anonimato** das pessoas, grupos ou organizações, salvo interesse manifesto destes;

d) **Garantirá o acesso** das pessoas, grupos ou organizações aos **resultados** das pesquisas ou estudos, após seu encerramento, sempre que assim o desejarem.

Art. 17 – Caberá aos psicólogos docentes ou supervisores esclarecer, informar, orientar e exigir dos estudantes a observância dos princípios e normas contidas neste Código.

Art. 18 – O psicólogo **não** divulgará, ensinará, emprestará ou venderá a leigos instrumentos e técnicas psicológicas que permitam ou facilitem o exercício ilegal da profissão.

Art.19 – O psicólogo, ao participar de atividade em veículos de comunicação, zelará para que as informações prestadas disseminem o conhecimento a respeito das atribuições, da base científica e do papel social da profissão.

Art.20 – O psicólogo, **ao promover publicamente seus serviços**, por quaisquer meios, individual ou coletivamente:

a) Informará seu nome completo, o CRP e seu número de registro;

b) Fará referência apenas a títulos ou qualificações profissionais que possua;

c) Divulgará somente qualificações, atividades e recursos relativos a técnicas e práticas que estejam reconhecidas ou regulamentadas na profissão;

d) Não utilizará o preço do serviço como forma de propaganda;

e) Não fará previsão taxativa de resultados;

f) Não fará autopromoção em detrimento de outros profissionais;

g) Não proporá atividades que sejam atribuições privativas de outras categorias profissionais;

h) Não fará divulgação sensacionalista das atividades profissionais.

3.4 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As **transgressões** deste Código **constituem infração disciplinar** com a aplicação das seguintes penalidades, na forma dos dispositivos legais ou regimentais:

- Advertência;
- Multa;
- Censura pública;
- **Suspensão** do exercício profissional por até 30 dias, **ad referendum** do Conselho Federal de Psicologia;

- **Cassação** do exercício profissional, **ad referendum** do Conselho Federal de Psicologia.

Art.22 – As dúvidas na observância deste Código e os casos omissos serão resolvidos pelos Conselhos Regionais de Psicologia, **ad referendum** do Conselho Federal de Psicologia.

Art.23 – Competirá ao Conselho Federal de Psicologia firmar jurisprudência quanto aos casos omissos e fazê-la incorporar a este Código.

Art.24 – O presente Código poderá ser alterado pelo Conselho Federal de Psicologia, por iniciativa própria ou da categoria, ouvidos os Conselhos Regionais de Psicologia.

Art. 25 – Este Código entra em vigor em 27 de agosto de 2005.

Este Código de Ética Profissional é fruto de amplos debates ocorridos entre os anos de 2003 e 2005, envolvendo:

- Os trabalhos de uma comissão de psicólogos e professores convidados;
- Os trabalhos da Assembleia das Políticas Administrativas e Financeiras do Sistema Conselhos de Psicologia, APAF, sob responsabilidade do Conselho Federal de Psicologia.
- 15 fóruns regionais de Ética, que culminaram com o II Fórum Nacional de Ética.

4 – RESOLUÇÃO DE QUESTÕES

QUESTÕES PARA MEMORIZAÇÃO

1. (HEPP – IBFC- 2014) Códigos de Ética profissionais são fundamentais para o estabelecimento de padrões esperados quanto ás práticas referendadas por uma respectiva categoria profissional e pela sociedade. Assinale a alternativa INCORRETA a respeito do atual Código de Ética do Psicólogo:

(A) Foi aprovado em 2005.

(B) É o terceiro da categoria profissional no Brasil.

(C) Seu processo de construção ocorreu num período inferior a seis meses, e contou com a participação de alguns profissionais da categoria de psicólogos, que puderam representar os demais e a sociedade.

(D) Conta com os princípios fundamentais, as responsabilidades do psicólogo e as disposições gerais.

COMENTÁRIO

(A) **CORRETA.** Em 2005, foi aprovado o Código de Ética Profissional do Psicólogo, que entrou em vigor no dia 27 de Agosto de 2005 e revogou a Resolução do CFP nº 002/87.

(B) **CORRETA.** O Código de Ética Profissional é o terceiro. Ele foi construído a partir de diversos espaços de discussão sobre as responsabilidades e compromissos com a promoção da cidadania.

(C) **INCORRETA.** A construção do Código de Ética ocorreu durante três anos, em todo o país, e ainda contando com a participação direta dos psicólogos, sedo um processo aberto à sociedade.

(D) **CORRETA.** O Código de Ética Profissional é divido em: Princípios Fundamentais, Responsabilidades do Psicólogo e Disposições Gerais.

2. (TRT 15º REGIÃO – FCC- 2013) Segundo o Código de Ética Profissional do Psicólogo (Art. 3º), o psicólogo, para ingressar, associar-se ou permanecer em uma organização, considerará a missão, a filosofia, as políticas, as normas e as práticas nela vigentes e sua compatibilidade com os princípios e regras deste Código de Ética. Existindo incompatibilidade, cabe ao psicólogo:

(A) Denunciar os colegas, mas manter-se no emprego para gerar transformações.
(B) Manter a prestação de serviços de serviços, respeitando as limitações do empregador.
(C) Permanecer calado e subserviente até que possa deslocar-se para outro emprego.
(D) Recusar-se a prestar serviço e, se pertinente, apresentar denúncia ao órgão competente.
(E) Ficar no emprego para obter informações e depois advertir o empregador.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Cabe ao psicólogo zelar pelo cumprimento do Código de Ética e ter respeito, consideração e solidariedade para com outros psicólogos e para com outros profissionais, não cabendo permanecer na organização, caso a missão, a filosofia, as políticas, as normas e as práticas vigentes sejam incompatíveis com os princípios e regras do Código.

(B) **INCORRETA.** Tendo em vista a incompatibilidade da missão, filosofia, políticas, normas e das práticas vigentes na organização com os princípios éticos da profissão, o psicólogo não deve manter-se na organização.

(C) **INCORRETA.** Entre os deveres do psicólogo, está o de prestar serviços de qualidade em condições dignas e apropriadas. Ao permanecer calado e subserviente quanto ao fato de perceber incompatibilidade da missão, política, filosofia, normas e das práticas vigentes na

organização até que possa deslocar-se para outro emprego, o psicólogo estará cometendo falta ética.

(D) **CORRETA.** É legítima a recusa por parte do psicólogo em prestar serviços ao perceber a incompatibilidade da missão, filosofia, práticas e das normas vigentes na organização, cabendo, se pertinente, apresentar denúncia ao órgão competente.

(E) **INCORRETA.** Cabe ao psicólogo considerar e avaliar a missão, a filosofia, as políticas, as normas e as práticas vigentes na organização e sua compatibilidade com os princípios e regras presentes no Código de Ética antes de ingressar ou permanecer na organização. Caso sejam incompatíveis, cabe ao profissional recusar-se em prestar serviços e não permanecer, apresentando denúncia, se pertinente, ao órgão competente.

3. (HEPP – IBFC – 2014) Na prática do trabalho do psicólogo, eventualmente podem ocorrer situações em que exista a necessidade de intervenção na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional também da área da Psicologia. Situações como estas são permitidas, de acordo com o atual Código de Ética da categoria, nas seguintes condições:

I – Quando se tratar de trabalho multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia adotada.

II – Quando informado expressamente, obrigatoriamente por ambas as partes, da interrupção voluntária e definitiva do serviço.

III – A pedido do profissional responsável pelo serviço.

IV – Em caso de emergência ou risco à pessoa atendida, não necessitando, neste caso, de imediata ciência do profissional responsável pelo acompanhamento do caso.

Estão corretas as alternativas:

(A) I e III são corretas.

(B) Somente I é correta.

(C) II, III e IV são corretas.

(D) Todas são corretas.

COMENTÁRIOS:

I – **CORRETA.** O psicólogo poderá intervir quando se tratar de um trabalho multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia.

II – **INCORRETA.** A interrupção voluntária e definitiva deve ser informada por uma das partes e não "obrigatoriamente por ambas as partes".

III – **CORRETA.** O profissional responsável pelo serviço pode solicitar que haja intervenção na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional.

IV – **INCORRETA.** Em caso de emergência ou risco ao beneficiário ou usuário do serviço, o Código prevê a intervenção de outro profissional psicólogo, mas deve-se dar imediata ciência do fato ao profissional acompanhante.

RESPOSTA: A

4. (SESACRE – FUNCAB – 2014) De acordo com o Código de Ética do Psicólogo, o psicólogo, na realização de estudos, pesquisas e atividades voltadas para a produção de conhecimento, deverá. Marque a alternativa INCORRETA.

(A) Avaliar os riscos envolvidos.

(B) Garantir o caráter voluntário da participação dos envolvidos.

(C) Garantir o anonimato das pessoas.

(D) Garantir o acesso dos envolvidos aos resultados da pesquisa.

(E) Prestar serviços a organizações concorrentes.

COMENTÁRIOS:

(A) **CORRETA.** O Código de Ética afirma que deverão ser avaliados os ricos envolvidos com o objetivo de proteger pessoas, grupos, organizações e comunidades ligadas à pesquisa.

(B) **CORRETA.** O caráter voluntário de participação dos envolvidos na pesquisa é feito pela assinatura do consentimento livre e esclarecido e tratado no Código.

(C) **CORRETA.** O Código traz garantia do anonimato das pessoas, grupos ou organizações participantes das pesquisas, salvo se o participante apresentar interesse manifesto em contrário.

(D) **CORRETA.** Sempre que desejarem, é garantido o acesso das pessoas, grupos ou organizações aos resultados das pesquisas ou estudos, mesmo após seu encerramento.

(E) **INCORRETA.** O Código pontua ser vetado ao psicólogo prestar serviços profissionais a organizações concorrentes de modo que possam resultar em prejuízo para as partes envolvidas, decorrentes de informações privilegiadas.

5. (UFJF – COPESE – 2013) O Código de Ética Profissional do Psicólogo, aprovado pelo Conselho Federal de Psicologia, em resolução que entrou em vigor em 27/08/2005, tem entre seus princípios fundamentais, EXCETO:

(A) O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

(B) O psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica.

(C) O psicólogo contribuirá para promover a universalização do acesso da população às informações, ao conhecimento da ciência psicológica e aos serviços e aos padrões éticos da profissão.

(D) O psicólogo assumirá responsabilidades profissionais somente para atividades para as quais esteja capacitado e pelas quais receberá salário digno.

COMENTÁRIOS:

(A) **CORRETA.** A Declaração Universal dos Direitos Humanos descreve os direitos humanos básicos, como os princípios da liberdade, dignidade, igualdade e integridade da pessoa humana.

(B) **CORRETA.** O Código versa sobre as relações de poder e sobre o psicólogo posicionar-se de forma crítica quanto aos impactos destas na sua atuação.

(C) **CORRETA.** Cabe ao psicólogo contribuir para a promoção da universalização do acesso a informação quanto aos direitos fundamentais do ser humano.

(D) **INCORRETA.** O profissional deve desempenhar e assumir responsabilidades em atividades para as quais estiver capacitado pessoal, teórica e tecnicamente.

6. (TJ/AM – FGV – 2013) De acordo com o Código de Ética dos Psicólogos brasileiros, assinale a alternativa correta.

(A) O psicólogo deve prestar serviços à comunidade em situações de emergência ou calamidade sem usufruir benefício pessoal.

(B) O psicólogo, no exercício da profissão, não possui atribuição de comunicar aos órgãos competentes irregularidades observadas.

(C) O psicólogo não é responsável por arquivar resultados do seu trabalho.

(D) O psicólogo poderá sugerir a derivação de um paciente atendido numa instituição para sua clínica privada sempre que for conveniente.

(E) O psicólogo não é obrigado a fornecer os resultados de seu atendimento.

COMENTÁRIOS:

(A) **CORRETA.** É dever fundamental do psicólogo prestar serviços à comunidade sem usufruir benefício pessoal.

(B) **INCORRETA.** É dever fundamental do profissional comunicar aos órgãos competentes os casos de exercício ilegal da profissão, além de irregularidades e transgressões observadas.

(C) **INCORRETA.** O psicólogo é responsável por arquivar resultados do seu trabalho.

(D) **INCORRETA.** É vedado ao profissional desviar para pessoas para serviço particular ou de outra instituição com a qual mantenha qualquer tipo de vínculo profissional.

(E) **INCORRETA.** É dever informar a quem de direito os resultados decorrentes da prestação de serviços psicológicos, transmitindo somente o necessário para a tomada de decisões que afetem o usuário ou beneficiário.

7. (SEPLAG – CESGRANRIO – 2011) Considere a situação em que uma greve de profissionais da saúde paralise as atividades de um equipamento de saúde mental. Considere as afirmativas abaixo acerca das obrigações éticas que cabem a um psicólogo que trabalha nesse serviço.

I – O psicólogo deve garantir a continuidade dos atendimentos pelos quais já era responsável antes do indicativo de greve.

II – O psicólogo deve garantir que as atividades de emergência não sejam interrompidas.

III – O psicólogo deve avisar previamente aos usuários que haverá a paralisação dos serviços.

É correto apenas o que afirma em:

(A) I

(B) II

(C) III

(D) I e II

(E) II e III

COMENTÁRIOS:

I – **INCORRETA.** É possível a participação do psicólogo em greves ou paralisações, sendo garantido, entretanto, o atendimento nos serviços de emergências e devendo os usuários do serviço serem avisados antecipadamente.

II – **CORRETA.** O Código trata especificamente sobre a não interrupção das atividades de emergência.

III – **CORRETA.** É necessário que haja prévia comunicação da paralisação aos usuários ou beneficiários dos serviços atingidos pela greve ou paralisação dos serviços.

RESPOSTA: E

8. (TJ/AM – FGV – 2013) Um psicólogo foi convidado para ser perito de um caso de impedimento por problemas mentais. No decurso do processo, descobriu que um dos familiares do paciente, diretamente envolvido com o caso, era amigo de infância, embora não houvesse um convívio atual sistemático. Sobe o caso descrito, assinale a afirmativa correta.

(A) O Código de Ética não tem orientação específica para tais situações.
(B) O profissional deveria procurar o amigo informando que era um dos peritos, mas que não sabia das circunstâncias antes de ter o processo em mãos.
(C) O profissional deveria se afastar do caso, pedindo sua substituição.
(D) O profissional não deveria se comunicar com o amigo antes da decisão final.
(E) O profissional deveria consultar outro psicólogo.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O Código tem orientações específicas para tais situações.

(B) **INCORRETA.** O profissional não deve estabelecer com a pessoa atendida, familiar ou terceiro que tenha vínculo com o atendido, relação que possa interferir negativamente nos objetivos do serviço prestado.

(C) **CORRETA.** É vedado ao psicólogo ser perito, avaliador ou parecerista em situações nas quais seus vínculos pessoais ou profissionais, atuais ou anteriores, possam afetar a qualidade do trabalho a ser realizado ou a fidelidade aos resultados da avaliação. O profissional deverá se afastar do caso.

(D) **INCORRETA.** É vedado ao psicólogo prestar serviços de perito, avaliador ou parecerista caso tenha tido vínculos pessoais ou profissionais, atuais ou anteriores, que possam afetar a qualidade de seu trabalho.

(E) **INCORRETA.** O psicólogo estará impedido de realizar a atividade, pois é vedado prestar serviços de perito, avaliador ou parecerista caso tenha tido vínculos pessoais ou profissionais, atuais ou anteriores na situação avaliada. Deverá se afastar do caso, pedindo sua substituição por outro colega psicólogo.

9. (TRT 9º REGIÃO – FCC – 2010) Segundo o Código de Ética Profissional do Psicólogo, Art.3º, o psicólogo, para ingressar, associar-se ou permanecer em uma organização, considerará:

(A) Que não pode prestar serviços profissionais a organizações concorrentes, resultando em benefícios para as partes envolvidas.

(B) A justa retribuição aos serviços prestados e as condições do usuário ou beneficiário.

(C) Que as atividades de emergência em greves não sejam interrompidas.

(D) Prévia comunicação da paralisação aos usuários ou beneficiários dos serviços atingidos pela instituição.

(E) A missão, a filosofia, as políticas, as normas e as práticas nela vigentes e sua compatibilidade com os princípios e regras do referido código.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Quem trata da prestação de serviços profissionais a organizações concorrentes é o Art.2º.

(B) **INCORRETA.** O art.4º trata sobre a fixação de remuneração pelo seu trabalho.

(C) **INCORRETA.** O art.5º discorre sobre a participação do psicólogo em greves e paralisações e fala sobre a não interrupção das atividades de emergência.

(D) **INCORRETA.** É necessária a prévia comunicação da paralisação aos usuários ou beneficiários dos serviços atingidos em casos de greve ou paralisações.

(E) **CORRETA.** O art.3º fala sobre ingressar, associar-se ou permanecer em uma organização. Havendo incompatibilidade entre a missão, a filosofia, as políticas, as normas e as práticas vigentes e o Código de ética, caberá ao profissional recusar-se a prestar serviços.

10. (TRT 9º REGIÃO – FCC – 2010) O Código de Ética Profissional do Psicólogo aponta, no art.15 que, em caso de demissão ou exoneração, o psicólogo deverá repassar todo o material ao psicólogo que vier a substituí-lo, ou lacrá-lo para posterior:

(A) Encaminhamento às outras especialidades.

(B) Incineração do material.

(C) Utilização pelo psicólogo substituto.

(D) Encaminhamento ao juiz.

(E) Verificação de sua adequação.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O material de uso exclusivo do psicólogo não será encaminhado às outras especialidades. Se houver extinção do serviço de Psicologia, deverá o Profissional informar ao

Conselho Regional de Psicologia para que este se encarregue do destino dos arquivos confidenciais.

(B) **INCORRETA.** O Código de Ética não menciona incineração dos materiais.

(C) **CORRETA.** Em caso de demissão ou exoneração, o Código de Ética afirma que o material será repassado ao profissional psicólogo substituto.

(D) **INCORRETA.** Os documentos feitos pelo psicólogo não devem ser compartilhados por outros profissionais, nem mesmo por juiz.

(E) **INCORRETA.** Não há referência no Código em relação à verificação de adequação.

11. (SESA/ES – CESPE – 2013) Assinale a opção correta referente ao Código de Ética Profissional dos Psicólogos.

(A) Constitui princípio fundamental estabelecido pelo Código de Ética Profissional dos Psicólogos a promoção da saúde e de qualidade de vida dos indivíduos e das coletividades, devendo o psicólogo ser neutro em quaisquer formas de violência e de discriminação.

(B) O profissional da psicologia deverá atuar com responsabilidade social e econômica, estando a par dos contextos históricos e sociais. Cabe ao profissional, ainda, a análise crítica das realidades social, cultural e individual na tomada de decisão.

(C) O psicólogo deverá atuar com responsabilidade no desenvolvimento da psicologia como campo científico de conhecimento e de prática.

(D) O profissional de Psicologia deverá promover a universalização do acesso da população às informações e aos serviços, não cabendo sua contribuição no que tange ao conhecimento das especificidades da ciência psicológica.

(E) Constitui princípio fundamental estabelecido pelo Código de Ética Profissional dos Psicólogos o trabalho fundamentado no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam o artigo 5º da Constituição Federal.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O psicólogo deverá trabalhar para eliminar quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

(B) **INCORRETA.** O profissional atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural, não havendo menção sobre a responsabilidade econômica.

(C) **CORRETA.** É necessário o contínuo aprimoramento profissional, de maneira que a atuação responsável contribua para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática.

(D) **INCORRETA.** O profissional, além de promover a universalização do acesso da população às informações e aos serviços, deve contribuir para o conhecimento das especificidades da ciência psicológica.

(E) **INCORRETA.** O trabalho fundamentado no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano está presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

12. (TJ/PR – UFPR – 2013) Quanto à documentação que está sob sua responsabilidade, produzida ao longo de seu exercício profissional em uma instituição jurídica, o psicólogo deve pautar sua atuação no Código de Ética do Psicólogo (CFP, 2005). Em relação à atitude adequada que o psicólogo deve assumir, de forma que resguarde o Código de Ética, no que diz respeito tanto a sua relação com a instituição como à documentação, em caso de demissão, exoneração ou extinção de sua função, é correto afirmar:

(A) A partir do ingresso em uma instituição jurídica, o psicólogo deve considerar as políticas, as normas e regras vigentes, sem prejudicar o andamento das decisões tomadas. Portanto, em relação aos seus arquivos confidenciais, caso o serviço de Psicologia seja extinto com sua demissão, ele deve avisar ao Conselho Regional de Psicologia, para que este providencie a destinação desses documentos.

(B) Em caso de extinção do serviço de Psicologia, o psicólogo responsável decidirá sobre o destino de seus arquivos confidenciais e avisará o Conselho Regional de Psicologia sobre a extinção de seu cargo, registrando uma denúncia sobre a impossibilidade de dar continuidade aos casos atendidos.

(C) Tanto no caso de demissão e exoneração como no caso de extinção do cargo, é de responsabilidade do psicólogo a guarda de seus arquivos confidenciais durante cinco anos, podendo decidir pelo repasse ou não das informações sob sua guarda para a instituição ou psicólogo que irá substituí-lo.

(D) A documentação produzida pelo psicólogo em uma instituição jurídica, normalmente, são os prontuários aos quais todos têm acesso, pois contêm informações importantes para os casos que estão sendo avaliados. Sendo assim, caso o psicólogo não esteja mais na instituição, qualquer outro profissional da equipe poderá ficar responsável pelas informações.

COMENTÁRIOS:

(A) **CORRETA.** Ao ser extinto o serviço de psicologia em que trabalha, o psicólogo deverá informar ao Conselho Regional de Psicologia, para que este providencie a destinação dos documentos.

(B) **INCORRETA.** Não existe previsão no código sobre denúncia em relação à impossibilidade de continuidade dos casos.

(C) **INCORRETA.** O psicólogo tem o dever de repassar as informações necessárias ao entendimento do caso para a instituição ou psicólogo que venha a substituí-lo.

(D) **INCORRETA.** Os documentos produzidos pelo psicólogo não são de livre acesso a outros profissionais, devendo o psicólogo inclusive resguardar o caráter sigiloso das informações e assinalar a responsabilidade para pessoa que tiver acesso a eles posteriormente, caso saia do serviço.

13. (TJ/SP – VUNESP- 2012) De acordo com o § 2.º, do Art. n.º 8 do Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP n.º 010/05), o psicólogo responsabilizar-se-á pelos encaminhamentos que se fizerem necessários para garantir a proteção integral do atendido. Esse artigo diz respeito, especificamente, ao atendimento não eventual de

(A) acidentados, trabalhadores e grupos em risco.

(B) pacientes hospitalares, idosos e usuários de drogas.

(C) crianças, adolescentes ou interdito.

(D) estrangeiros, indígenas e mulheres.

(E) aposentados, pensionistas e pessoas em situação de rua.

COMENTÁRIOS:

O Código traz considerações, especificamente, em relação ao atendimento não eventual de crianças, adolescentes ou interdito.

RESPOSTA: C

14. (TRE/BA – CESPE – 2017) Assinale a opção que apresenta princípio fundamental do Código de Ética Profissional do Psicólogo.

(A) A promoção da saúde e da qualidade de vida das pessoas, porém sem impactar a coletividade

(B) prática profissional digna e fundamentada nos preceitos religiosos e espirituais seguidos pelo paciente

(C) neutralidade profissional, ainda que com negligenciamento da realidade social, econômica e cultural do paciente

(D) atuação responsável, com aprimoramento contínuo do profissional

(E) prevenção da prática de automedicação por meio da restrição de acesso ao conhecimento da ciência psicológica por público leigo.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** A promoção da saúde e da qualidade de vida das pessoas deve sim impactar a coletividade.

(B) **INCORRETA.** A prática do psicólogo não deve se fundamentar nem induzir a práticas religiosas e espirituais.

(C) **INCORRETA.** O psicólogo deve considerar a realidade econômica, social e cultural do paciente.

(D) **CORRETA.** O psicólogo deve atuar de maneira responsável, com o contínuo aprimoramento profissional.

(E) **INCORRETA.** O psicólogo deve levar ao conhecimento de todos as especificidades da psicologia.

15. (TRT 2º REGIÃO – FCC – 2014) O psicólogo, quando participar de greves ou paralisações, segundo o Código de Ética Profissional do Psicólogo, deve

(A) garantir que as atividades de emergência não sejam interrompidas.

(B) garantir que o pleito da greve ou paralisação esteja alinhado aos pressupostos básicos mencionados no Art. 1 dos princípios fundamentais do Código de Ética do Profissional Psicólogo.

(C) assegurar que todos os usuários dos serviços de assistência à saúde mental sejam atendidos.

(D) promover de forma crítica pleitos que defendam os direitos de sua categoria.

(E) comunicar ao Conselho Federal de Psicologia sobre seu desacordo sobre alguns itens da pauta da greve ou paralização.

COMENTÁRIOS:

(A) **CORRETA.** Quando houver greves ou paralisações, o psicólogo deve garantir que as atividades de emergência não sejam interrompidas.

(B) **INCORRETA.** Não há previsão quanto a isso no Código.

(C) **INCORRETA.** O psicólogo deve assegurar que as atividades de emergência não sejam interrompidas. Não há menção a pacientes de saúde mental.

(D) **INCORRETA.** Não há tal previsão no Código.

(E) **INCORRETA.** Também não há tal previsão no Código.

16. (TJ/AP – FCC – 2014) Consta no Código de Ética Profissional do Psicólogo, em seu Art. 21, que as transgressões dos preceitos do Código constituem infração disciplinar com a aplicação de penalidades, na forma de dispositivos legais ou regimentais, dentre elas, a

(A) censura privada.

(B) multa.

(C) permissão do exercício profissional por somente 30 dias.

(D) cassação de documentos.

(E) prisão.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O Código prevê a censura pública.

(B) **CORRETA.** Há previsão de multa no Código.

(C) **INCORRETA.** A previsão é de suspensão do exercício profissional por 30 dias.

(D) **INCORRETA.** Não há tal previsão no Código.

(E) **INCORRETA.** Não há tal previsão no Código.

17. (TRF 2º REGIÃO – FCC – 2012) O Código de Ética Profissional do Psicólogo prevê que, quando requisitado a depor em juízo, o psicólogo

(A) poderá prestar informações, considerando o previsto no referido Código.

(B) não está obrigado a comparecer à audiência.

(C) deve indicar bibliografia que esclareça previamente alguns pontos ao juiz.

(D) pode apenas responder a quesitos.

(E) deve sempre entregar por escrito seus achados e conclusões sobre o caso.

COMENTÁRIOS:

(A) **CORRETA.** É legítimo o depoimento em juízo do psicólogo, devendo o profissional prestar apenas as informações necessárias e pertinentes ao caso em questão.

(B) **INCORRETA.** Em cumprimento à decisão judicial, deve o psicólogo comparecer à audiência.

(C) **INCORRETA.** O Código traz as relações do psicólogo com seus pares e com outros profissionais. Deve ser resguardado o caráter confidencial da informação, sendo compartilhada apenas informações necessárias. Não deve o psicólogo esclarecer previamente nem indicar bibliografia, mas apenas trazer informações pertinentes ao caso.

(D) **INCORRETA.** Tendo em vista a busca pelo menor prejuízo, fica facultada ao profissional a possibilidade, em caso de quebra de sigilo, de falar sobre informações relevantes, não sendo especificado somente sobre quesitos.

(E) **INCORRETA.** Os documentos escritos devem seguir as regras de tratar somente de informações pertinentes ao caso.

18. (TJ/MS – PUC PR – 2017) Com base no disposto no Código de Ética Profissional do Psicólogo, marque a alternativa que **NÃO** representa um dever desse profissional.

(A) Pleitear ou receber comissões, empréstimos, doações ou vantagens outras de qualquer espécie, além dos honorários contratados.

(B) Assumir responsabilidades profissionais somente por atividades para as quais esteja capacitado pessoal, teórica e tecnicamente.

(C) Prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou de emergência, sem visar benefício pessoal.

(D) Informar, a quem de direito, os resultados decorrentes da prestação de serviços psicológicos, transmitindo somente o que for necessário para a tomada de decisões que afetem o usuário ou beneficiário.

(E) Ter, para com o trabalho dos psicólogos e de outros profissionais, respeito, consideração e solidariedade, e, quando solicitado, colaborar, salvo impedimento por motivo relevante.

COMENTÁRIOS:

(A) **CORRETA.** É prática vedada ao psicólogo.
(B) **INCORETA.** É um dos deveres fundamentais.
(C) **INCORRETA.** É um dos deveres fundamentais.
(D) **INCORRETA.** É um dos deveres fundamentais.
(E) **INCORRETA.** É um dos deveres fundamentais.

19. (DPE/RS – FCC -2017) Mariana, psicóloga com alguns anos de formação clínica, possui dois sobrinhos, filhos de sua única irmã Miriam. Certo dia, em uma conversa familiar, Miriam informou a toda a família que as crianças estão sofrendo muito com a separação conjugal dela e do marido. Miriam foi casada com Ricardo e, após doze anos de relacionamento, o casal decidiu se separar. Comunicaram essa decisão aos filhos de 5 e 7 anos e resolveram que seriam pais amigos e presentes, o que motivou a opção pela guarda compartilhada. No entanto, após 1 ano da separação, Ricardo

entrou com uma ação judicial de reversão da guarda para unilateral, sob a alegação que Miriam não estava dando permissão total para seu acesso aos filhos. O juiz determinou perícia psicológica e o ex-casal Miriam e Ricardo, de comum acordo, sugeriu que o trabalho fosse realizado pela psicóloga Mariana, pois ela conhecia melhor do que ninguém as crianças, a história do casal e poderia também oferecer melhores custos para a família que, naquele momento, atravessava dificuldades financeiras.

Levando-se em consideração o Código de Ética Profissional do Psicólogo divulgado pelo Conselho Federal de Psicologia é correto afirmar que

(A) A ponderação do custo-benefício deve ser imperiosa para o juiz na aceitação do nome da perita indicada pelas partes.

(B) Mariana não poderá assumir o encargo de ser perita ou avaliadora da situação, pois possui vínculos pessoais com a família solicitante.

(C) a vinculação pré-existente entre Mariana e a família, que ora lhe solicita a avaliação, trará maior clareza, profundidade e agilidade na análise que será apresentada ao juiz e, portanto, a tarefa pericial deve ser imediatamente iniciada por ela.

(D) a psicóloga Mariana não possui a especialidade solicitada na perícia, qual seja, avaliação de família em sofrimento e, portanto, necessitará solicitar um prazo maior ao juiz para a realização do trabalho.

(E) Mariana poderá apenas formular quesitos, entregá-los aos advogados das partes e, posteriormente, quando tiver conhecimento do laudo protocolado, respondê-los com o cuidado de indicar seu número de registro profissional.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Na situação descrita, Mariana está impedida a ser perita ou avaliadora da situação, pois possui vínculos pessoais que afetam a qualidade dos resultados da avaliação. Portanto, o juiz não deve aceitar sua indicação.

(B) **CORRETA.** Está de acordo com previsão do Código de Ética.

(C) **INCORRETA.** O Código veda ser perito ou parecerista em situações em que haja vínculos pessoais, pois podem afetar a qualidade do trabalho.

(D) **INCORRETA.** Não existe tal previsão no Código.

(E) **INCORRETA.** Mariana está impedida de atuar no caso.

20. (TJ/PR – UFPR – 2017) A Resolução CFP nº 010/2005, aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo (CEPP), sendo possível encontrar:

"Toda profissão define-se a partir de um corpo de práticas que busca atender demandas sociais, norteado por

elevados padrões técnicos e pela existência de normas éticas que garantam a adequada relação de cada profissional

com seus pares e com a sociedade como um todo."

Analise as afirmativas a seguir.

I. No atendimento à criança, ao adolescente ou ao interdito, deve ser comunicado aos responsáveis o estritamente essencial para se promoverem medidas em seu benefício.

II. O psicólogo, no relacionamento com profissionais não psicólogos, compartilhará somente informações relevantes para qualificar o serviço prestado, resguardando o caráter confidencial das comunicações.

III. Quando requisitado a depor em juízo, o psicólogo não poderá prestar informações, considerando a obrigatoriedade

de manutenção do sigilo.

IV. A utilização de quaisquer meios de registro e observação da prática psicológica obedecerá às normas vigentes,

devendo o usuário ou beneficiário, desde o início, ser informado.

V. Nos documentos que embasam as atividades em equipe multiprofissional, o psicólogo registrará todas as informações

referentes ao trabalho desenvolvido.

Assinale a alternativa que corresponde às afirmativas **CORRETAS**.

A) II, III e IV.

B) I, II e IV.

C) III e IV.

D) I, III e V.

E) II, IV e V.

COMENTÁRIOS:

I – **CORRETA.** De acordo com o Código.

II – **CORRETA.** De acordo com o Código.

III – **INCORRETA.** Quando requisitado a depor em juízo, o psicólogo poderá decidir pela quebra do sigilo.

IV – **CORRETA.** De acordo com o Código.

V – **INCORRETA.** O psicólogo registrará apenas as informações necessárias ao trabalho.

RESPOSTA: B

21. (MPE/AC – FMP CONCURSOS – 2013) As transgressões dos preceitos do Código de Ética constituem infração disciplinar com a aplicação das seguintes penalidades, na forma dos dispositivos legais ou regimentais:

(A) Aviso.

(B) Advertência.

(C) Multa ou multa com censura pública, sendo esta última ad referendum do Conselho Regional de Psicologia.

(D) Suspensão do exercício profissional, por até trinta dias, ad referendum do Conselho Regional de Psicologia.

(E) Cassação do exercício profissional, ad referendum do Conselho Regional de Psicologia.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Aviso não constitui uma penalidade.

(B) **CORRETA.** A advertência é prevista no Código de Ética.

(C) **INCORRETA.** Multa constitui uma penalidade, não devendo ter, porém, ad referendum do Conselho Federal de Psicologia.

(D) **INCORRETA.** A suspensão do exercício profissional por até trinta dias é do Conselho Federal de Psicologia.

(E) **INCORRETA.** O Código fala cassação do exercício profissional, ad referendum do Conselho Federal de Psicologia.

22. (IAMSPE – QUADRIX – 2017) De acordo com o Código de Ética profissional dos psicólogos, ao promover publicamente seus serviços, por quaisquer meios, individual ou coletivamente, deverá:

(A) Avaliar os riscos envolvidos, tanto pelos procedimentos quanto pela divulgação dos resultados, com o objetivo de proteger as pessoas, os grupos, as organizações e as comunidades envolvidas.

(B) Informar seu nome completo, CRP e seu número de registro.

(C) Garantir o anonimato das pessoas, dos grupos ou das organizações, salvo se a divulgação das identidades constituir interesse manifesto destes.

(D) Garantir o caráter voluntário da participação dos envolvidos, mediante consentimento livre e esclarecido, salvo nas situações previstas em legislação específica e respeitando-se os princípios deste Código.

(E) Garantir o acesso das pessoas, dos grupos ou das organizações aos resultados das pesquisas ou dos estudos após seu encerramento, sempre que assim o desejarem.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Tal recomendação refere-se à divulgação de resultados de estudos ou pesquisas.

(B) **CORRETA.** Ao divulgar publicamente seus serviços, o psicólogo informará seu nome completo, CRP e número de registro.

(C) **INCORRETA.** Tal recomendação refere-se à divulgação de resultados de estudos ou pesquisas.

(D) **INCORRETA.** Tal recomendação refere-se à divulgação de resultados de estudos ou pesquisas.

(E) **INCORRETA.** Tal recomendação refere-se à divulgação de resultados de estudos ou pesquisas.

23. (IAMSPE – QUADRIX – 2017) Segundo o Código de Ética profissional dos Psicólogos (Resolução CFP nº10/2005), é vedado ao psicólogo

(A) Estipular o valor de acordo com as características da atividade e o comunicar ao usuário ou beneficiário antes do início do trabalho a ser realizado.

(B) Induzir a convicções políticas, religiosas, filosóficas, morais, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito quando do exercício de suas funções profissionais.

(C) Participar de greves ou paralisações.

(D) Encaminhar a profissionais ou instituições habilitados e qualificados demandas que extrapõem seu campo de atuação.

(E) Intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional, a pedido do profissional responsável pelo serviço.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Trata-se de dever fundamental.

(B) **CORRETA.** É uma das vedações prevista o Código.

(C) **INCORRETA.** Ao psicólogo é permitido participar de greves ou paralisações, desde que os serviços de emergência não sejam interrompidos.

(D) **INCORRETA.** Trata-se de dever fundamental.

(E) **INCORRETA.** É uma das previsões de situações em que o psicólogo poderá intervir no serviço de outro psicólogo.

24. (IAMSPE – QUADRIX – 2017) O Código de Ética profissional dos psicólogos estabelece padrões esperados quanto às práticas referendadas pela respectiva categoria profissional. Nesse sentido, é correto afirmar que o psicólogo

(A) Assegure a qualidade dos serviços oferecidos independentemente do valor acordado.

(B) Deve comunicar todas as informações da sessão aos responsáveis no atendimento à criança.

(C) Esteja impedido de prestar informações quando requisitado a depor em juízo, mesmo considerando-se o previsto no Código de Ética profissional dos psicólogos.

(D) Esteja dispensado de zelar por seus arquivos confidenciais em caso de interrupção do trabalho por quaisquer motivos.

(E) Possa divulgar a identidade das pessoas envolvidas em caso de pesquisas.

COMENTÁRIOS:

(A) **CORRETA.** O psicólogo deve garantir a qualidade do serviço independentemente do valor acordado.

(B) **INCORRETA.** O psicólogo deve comunicar somente o estritamente necessário para os responsáveis.

(C) **INCORRETA.** O psicólogo poderá prestar informações quando for intimado a depor em juízo, desde que buscando o princípio do menor prejuízo.

(D) **INCORRETA.** O psicólogo tem o dever de zelar pelos materiais que estejam em sua guarda, devendo dar a eles o encaminhamento previsto pelo Código.

(E) **INCORRETA.** O psicólogo deverá garantir o anonimato das pessoas envolvidas nos casos de pesquisa, salvo interesse manifesto destas.

25. (TJ/PI – FGV – 2015) Renata é psicóloga do Tribunal de Justiça, lotada numa Vara de Infância e Juventude. Contudo, nas horas vagas, ela atua numa organização sem fins lucrativos, que orienta e atende famílias em processo de adoção. Em geral, ao perceber as dificuldades das pessoas atendidas no tribunal, Renata costuma sugerir o encaminhamento para essa organização onde ela trabalha. De acordo com o Código de Ética profissional do psicólogo:

(A) não há infração ética, por se tratar de organização sem fins lucrativos;

(B) não há infração ética, desde que o encaminhamento esteja de acordo com o melhor interesse da criança;

(C) não há infração ética, contanto que as pessoas sejam atendidas por outros psicólogos da Vara de Infância e Juventude onde Renata está lotada;

(D) há infração ética somente no caso de Renata atender ou supervisionar na organização as mesmas pessoas que encaminhou do Tribunal;

(E) há infração ética caso o desvio para a organização vise o benefício próprio da Renata.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** A infração ética não deixa de se caracterizar por se tratar se organização sem fins lucrativos.

(B) **INCORRETA.** O melhor interesse da criança não descaracteriza a infração ética.

(C) **INCORRETA.** As pessoas serem atendidas por outros psicólogos não descaracteriza a infração ética.

(D) **INCORRETA.** Não há previsão no Código sobre isso.

(E) **CORRETA.** O Código prevê infração ética no caso de psicólogo desviar paciente para instituição com a qual mantenha vínculo de trabalho visando ao benefício pessoal.

26. (TRT 1 – AOCP – 2018) De acordo com o Código de Ética profissional do Psicólogo, assinale a alternativa correta.

(A) É vedado ao psicólogo promover publicamente seus serviços, por quaisquer meios, individual ou coletivamente.
(B) Nos documentos que embasam as atividades em equipe multiprofissional, o psicólogo registrará apenas as informações necessárias para o cumprimento dos objetivos do trabalho.
(C) Em atividades com equipes multiprofissionais, o psicólogo compartilhará todas as informações a que teve acesso assinalando a responsabilidade de quem as receber pela manutenção do sigilo.
(D) É vedado ao Psicólogo informar, a quem de direito, os resultados decorrentes da prestação de serviços psicológicos, transmitindo somente o que for necessário para a tomada de decisões que afetem o usuário ou beneficiário.
(E) O psicólogo poderá divulgar, ensinar, ceder, emprestar ou vender a leigos instrumentos e técnicas psicológicas que não utilize mais em seus serviços.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** É **permitido**, desde que o profissional siga as orientações contidas do Art. 20 do código de ética;
(B) **CORRETA.** Art. 12 – Nos documentos que embasam as atividades em equipe multiprofissional, o psicólogo registrará apenas as informações necessárias para o cumprimento dos objetivos do trabalho.
(C) **INCORRETA.** Compartilhará **somente informações relevantes** para qualificar o serviço prestado (Art. 6º alínea b);
(D) **INCORRETA.** É um **dever**, não uma vedação (Art. 1º alínea g);
(E) **INCORRETA.** O psicólogo **não** divulgará, ensinará, cederá, emprestará ou venderá a leigos instrumentos e técnicas psicológicas que permitam ou facilitem o exercício ilegal da profissão (Art. 18)

27. (EBSERH – AOCP – 2017) Toda profissão define-se a partir de um corpo de práticas que busca atender demandas sociais, norteado por elevados padrões técnicos e pela existência de normas éticas que garantam a adequada relação de cada profissional com seus pares e com a sociedade como um todo. O Código de Ética da Psicologia é reflexo da necessidade, sentida pela categoria e suas entidades representativas, de atender à evolução do contexto institucional-legal do país, marcadamente a partir da promulgação da denominada Constituição Cidadã, em 1988, e das legislações dela decorrentes. De acordo com o código que rege a profissão do psicólogo, assinale a alternativa correta.

(A) O psicólogo, ao participar de atividade em veículos de comunicação, poderá divulgar qualificações, valores, atividades e recursos relativos a técnicas e práticas que estejam reconhecidas ou regulamentadas pela profissão, a fim de esclarecimentos a população.

(B) Em caso de interrupção do trabalho do psicólogo como demissão ou exoneração, ele fica responsável por guardar de maneira segura todo o seu material, evitando que o outro profissional tenha acesso para que não haja nenhum tipo de exposição do paciente ou quebra de sigilo.

(C) De acordo com o Art. 7º- o psicólogo não poderá intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional.

(D) O Art. 16 prevê, em relação à realização de estudos, pesquisas e atividades voltadas para a produção de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias, que o psicólogo avaliará os riscos envolvidos, tanto pelos procedimentos, como pela divulgação dos resultados, com o objetivo de proteger as pessoas, grupos, organizações e comunidades envolvidas.

(E) Não é vedado ao psicólogo, de acordo com o Art. 2º-, desviar para serviço particular ou de outra instituição, visando benefício próprio, pessoas ou organizações atendidas por instituição com a qual mantenha qualquer tipo de vínculo profissional.

COMENTÁRIOS:

(**A) INCORRETA** - O psicólogo, ao participar de atividade em veículos de comunicação, **ZELARÁ** para que as informações prestadas disseminem o conhecimento a respeito das atribuições, da base científica e do papel social da profissão.

(B) INCORRETA - Em caso de interrupção do trabalho do psicólogo como demissão ou exoneração, o psicólogo **DEVERÁ REPASSAR TODO O MATERIAL** ao psicólogo que vier a substituí-lo, ou lacrá-lo para posterior utilização pelo psicólogo substituto.

(C) INCORRETA - De acordo com o Art. 7º- o psicólogo **PODERÁ** intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional, nas seguintes situações: a) A pedido do profissional responsável pelo serviço; b) Em caso de emergência ou risco ao beneficiário ou usuário do serviço, quando dará imediata ciência ao profissional; c) Quando informado, expressamente, por qualquer uma das partes, da interrupção voluntária e definitiva do serviço;

(D) CORRETA - O Art. 16 prevê, em relação à realização de estudos, pesquisas e atividades voltadas para a produção de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias, que o psicólogo avaliará os riscos envolvidos, tanto pelos procedimentos, como pela divulgação dos resultados, com o objetivo de proteger as pessoas, grupos, organizações e comunidades envolvidas.

(E) INCORRETA - **É** vedado ao psicólogo, de acordo com o Art. 2º-, desviar para serviço particular ou de outra instituição, visando benefício próprio, pessoas ou organizações atendidas por instituição com a qual mantenha qualquer tipo de vínculo profissional.

28. (EBSERH – AOCP – 2016) A ética é um princípio eficaz dentro de uma profissão e, quando cumprida de forma correta, há benefícios tanto para quem pratica, quanto para quem recebe. A prática da psicologia é norteada por um código de ética profissional. Assinale a alternativa correta no que diz respeito a esse código.

(A) No Brasil, a regulamentação da psicologia como profissão aconteceu em 27 de agosto de 1962, concomitantemente com o código de ética da profissão, que se mantém inalterado desde então.

(B) De acordo com o Art. 2º do código de ética profissional do psicólogo, a ele é vedado fornecer ao seu substituto, quando solicitado, as informações necessárias à evolução do trabalho.

(C) É dever do psicólogo induzir qualquer pessoa ou organização a recorrer a seus serviços, visando à promoção da saúde.

(D) É vedado ao psicólogo, segundo o Art. 2º do código de ética, prestar serviços ou vincular o título de psicólogo a serviços de atendimento psicológico cujos procedimentos, técnicas e meios não estejam regulamentados ou reconhecidos pela profissão.

(E) É dever do psicólogo receber, pagar remuneração ou porcentagem por encaminhamento de serviços.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** A formulação deste Código de Ética, o terceiro da profissão de psicólogo no Brasil, responde ao contexto organizativo dos psicólogos, ao momento do país e ao estágio de desenvolvimento da Psicologia enquanto campo científico e profissional.

(B) **INCORRETA. Art. 1º** – São **deveres fundamentais** dos psicólogos:

k) Sugerir serviços de outros psicólogos, sempre que, por motivos justificáveis, não puderem ser continuados pelo profissional que os assumiu inicialmente, **fornecendo ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho**;

(C) **INCORRETA. Art. 2º** – Ao psicólogo é **vedado**:

i) Induzir qualquer pessoa ou organização a recorrer a seus serviços

(D) **CORRETA. Art. 2º** – Ao psicólogo é **vedado**:

f) Prestar serviços ou vincular o título de psicólogo a serviços de atendimento psicológico cujos procedimentos, técnicas e meios não estejam regulamentados ou reconhecidos pela profissão;

(E) **INCORRETA. Art. 2º** – Ao psicólogo é **vedado**:

p) Receber, pagar remuneração ou porcentagem por encaminhamento de serviços;

29. (PREF. MARILENA/PR – AOCP – 2016) De acordo com o Código de Ética, é permitido ao psicólogo

(A) induzir pessoas ou instituições a recorrer a seus serviços.

(B) realizar diagnóstico e divulgar procedimentos em meios de comunicação.

(C) identificar o sujeito ao relatar estudo ou análise de caso.

(D) prestar informações que esclareçam a natureza básica dos seus serviços.

(E) divulgar o preço de seus serviços para fazer propaganda de seus atendimentos.

COMENTÁRIOS:

Todas as alternativas trazem vedações ao psicólogo, exceto a letra D, que é o nosso gabarito.

30. (PREF. DE FUNDÃO – AOCP – 2014) De acordo com os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do Psicólogo, cabe a este profissional, EXCETO

(A) basear seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano.

(B) desconsiderar as relações de poder nos contextos em que atua, pois essas relações não são fundamentais ao avanço e desenvolvimento das instituições.

(C) contribuir para promover a universalização do acesso da população às informações e ao conhecimento da ciência psicológica, aos serviços e aos padrões éticos da profissão.

(D) zelar para que o exercício profissional seja efetuado com dignidade, rejeitando situações em que a psicologia esteja sendo aviltada.

(E) atuar com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.

COMENTÁRIOS:

A única alternativa que não traz princípios fundamentais é a letra B, pois na verdade o psicólogo deve considerar as relações de poder nos contextos em que atua.

RESPOSTA: B.

31. (PREF. DE FUNDÃO – AOCP – 2014) No que se refere às responsabilidades do psicólogo, conforme o seu Código de Ética, é vedado a este profissional, EXCETO

(A) induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais.

(B) ser conivente com erros, faltas éticas, violação de direitos, crimes ou contravenções penais praticados por psicólogos na prestação de serviços profissionais.

(C) sugerir serviços de outros psicólogos, sempre que, por motivos justificáveis, não puderem ser continuados pelo profissional que assumiu inicialmente, fornecendo ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho.

(D) estabelecer com a pessoa atendida, familiar ou terceiro, que tenha vínculo com o atendido, relação que possa interferir negativamente nos objetivos do serviço prestado.

(E) receber ou pagar, remuneração ou porcentagem, por encaminhamento de serviços.

COMENTÁRIOS:

A única alternativa que não traz uma vedação ao psicólogo é a letra C, pois trata-se de um dever do psicólogo.

RESPOSTA: C

32. (IMESC – VUNESP – 2013) Um dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do Psicólogo, publicado em 15 de agosto de 1987, indica que a atuação do psicólogo deve compreender uma análise crítica

(A) da realidade psicológica e pessoal dos seres humanos.

(B) da realidade política e social.

(C) das políticas públicas de saúde mental.

(D) da realidade inserida no contexto do sujeito psíquico.

(E) dos atendimentos psicológicos e tratamentos atualizados.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Não é principal fundamental.

(B) **CORRETA.** É um princípio trazido pelo Código.

(C) **INCORRETA.** Não é principal fundamental.

(D) **INCORRETA.** Não é principal fundamental.

(E) **INCORRETA.** Não é principal fundamental.

33. (PREF. CUBATÃO – 2012 – VUNESP) Um psicólogo que trabalha em uma equipe interdisciplinar decide usar um teste psicológico para fins de pesquisa de incidência de depressão em um grupo de mulheres mastectomizadas. Devido ao alto número de pacientes envolvidas no estudo, o psicólogo treina o psiquiatra e a assistente social na aplicação e avaliação do teste, dado que esses profissionais têm o primeiro contato com essas mulheres. Assinale a alternativa que caracteriza a conduta do psicólogo em termos do Código de Ética.

(A) Como a situação se dá em contexto de pesquisa, sem consequências para as pacientes, a conduta do psicólogo não constitui violação do código de ética.
(B) Dado que os testes psicológicos são de uso exclusivo de psicólogos, a conduta do psicólogo constitui violação do código de ética.
(C) A conduta do psicólogo não constituirá violação ao código de ética se a avaliação das respostas das pacientes ao teste for feita por software.
(D) O código de ética não se aplica à conduta do psicólogo na situação de pesquisa descrita.
(E) Há violação do código de ética porque o psicólogo utiliza pacientes reais para a realização de pesquisas.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** A aplicação de testes psicológicos por profissionais não psicólogos constitui falta ética.

(B) **CORRETA.** De acordo com o Código de Ética.

(C) **INCORRETA.** Não existe tal previsão no Código de Ética, específica em relação ao uso de softwares.

(D) **INCORRETA.** O código se aplica a situação sim.

(E)**INCORRETA.** A violação não se dá pelo uso de psicólogos reais e sim pelo uso de testes por profissionais não psicólogos.

34. (PREF. PRESIDENTE PRUDENTE – VUNESP – 2016) Um psicólogo está avaliando uma criança com problemas de aprendizagem. Durante a realização da testagem psicológica, este profissional identifica que ela precisa ser submetida a um teste psicológico para o qual ele não está teórica e tecnicamente capacitado. Nesse caso, o psicólogo

(A) pode encaminhar a criança para ser testada por um profissional que conhece a técnica, que encaminhará ao psicólogo os resultados da avaliação.

(B) deve solicitar aos pais da criança que recomecem o processo psicodiagnóstico com um profissional que conheça o teste necessário para avaliação da criança.

(C) encaminha os pais e o material produzido para um profissional que esteja capacitado para dar continuidade ao processo e aplicar o teste necessário à avaliação da criança.

(D) dá continuidade à avaliação da criança sem aplicar o teste psicológico para o qual não está capacitado, esclarecendo as limitações de sua avaliação no laudo elaborado.

(E) pede aos pais que aguardem até que ele possa se informar e capacitar-se para a utilização do teste necessário para dar continuidade à avaliação da criança.

COMENTÁRIOS:

(A) **CORRETA.** Deve-se encaminhar o caso para alguém que esteja apto a utilizar o teste.

(B) **INCORRETA.** Não é necessário recomeçar todo o processo.

(C) **INCORRETA.** Não é necessário fazer o encaminhamento do caso.

(D) **INCORRETA.** O psicólogo precisa encaminhar o paciente para alguém que esteja apto a aplicar o teste.

(E) **INCORRETA.** Seria uma conduta absurda.

35. (PREF. SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – VUNESP – 2016) Um psicólogo, que realiza atendimento psicológico de um jovem que cumpriu medida socioeducativa com privação de liberdade, foi convocado pelo juiz que acompanha o caso para depor em juízo. Nesse caso, o psicólogo

(A) pode depor em juízo, desde que o jovem, seu cliente, o autorize e seja informado sobre o conteúdo apresentado ao juiz.
(B) deve se recusar a depor em juízo, em respeito às questões que envolvem o sigilo e a confidencialidade dos dados de seu cliente.
(C) necessita da autorização dos pais ou responsáveis pelo menor para atender à solicitação do juiz para depor.
(D) precisa encaminhar ao juiz uma avaliação psicológica completa do jovem, pois está proibido de depor em juízo.
(E) pode prestar informações durante o julgamento, considerando sempre o que está previsto no Código de Ética.

COMENTÁRIOS:
(A) **INCORRETA.** Não é necessário informar ao cliente.
(B) **INCORRETA.** O psicólogo pode decidir pela quebra do sigilo, quando solicitado a depor em juízo.
(C) **INCORRETA.** Não é necessária a autorização dos responsáveis.
(D) **INCORRETA.** O psicólogo não está proibido de depor em juízo.
(E) **CORRETA.** O psicólogo pode prestar informações, optando pela quebra do sigilo na busca do menor prejuízo.

36. (PREF. DE MARATAÍZES/ES – VUNESP – 2014) A pedido de um psicólogo que atua na mesma equipe multiprofissional que ele, um outro profissional da equipe, também psicólogo, assume a coordenação de um grupo terapêutico de pacientes do serviço de saúde no qual ambos trabalham. Essa atitude do profissional

(A) está eticamente correta, pois, em um trabalho em equipe, os psicólogos devem informar todos os detalhes dos atendimentos realizados a todos seus colegas.

(B) implica uma falta ética grave, porque o profissional não pode se responsabilizar por serviços psicológicos prestados por outro profissional.

(C) está eticamente correta, porque um psicólogo pode intervir em qualquer atendimento feito por um colega, desde que esteja qualificado técnica e teoricamente.

(D) envolve falta ética, porque os dados do atendimento realizado em grupo são sigilosos, e não podem ser informados a outros profissionais. (E) é eticamente correta, porque ele está intervindo na prestação de serviços psicológicos efetuados por outro profissional a pedido deste.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O psicólogo deve informar apenas o essencial para o acompanhamento do caso.

(B) **INCORRETA.** É uma das possibilidades de intervenção do psicólogo em serviços prestados por outro profissional, não constituindo falta ética.

(C) **INCORRETA.** Não poder intervir em qualquer atendimento, mas no caso pode pois foi a pedido do profissional responsável pelo caso.

(D) **INCORRETA.** As informações necessárias em relação ao atendimento de grupos podem sim ser informadas.

(E) **CORRETA.** De acordo com o Código.

37. (IAMSPE – VUNESP – 2012) Um paciente acompanhado por uma equipe interdisciplinar, e internado numa unidade de terapia intensiva de um hospital, precisa urgentemente ser submetido a um procedimento cirúrgico que transgride os seus preceitos religiosos. A equipe solicita a intervenção do psicólogo, justificando que ele é o profissional capacitado para convencer o paciente e seus familiares a aceitarem e autorizarem a intervenção, a despeito de suas convicções religiosas. Nesse caso, de acordo com o que dispõe o Código de Ética, no seu artigo 2.º, item b, o psicólogo deve

(A) atender à solicitação, em respeito ao princípio ético de que todo psicólogo dever ter, para com o trabalho de outros profissionais, respeito, consideração e solidariedade.

(B) rejeitar a solicitação para não descumprir o princípio ético que veda ao psicólogo induzir convicções filosóficas, morais, ideológicas e religiosas no exercício de suas funções.

(C) aceitar a solicitação pois, o código de ética determina que todo psicólogo deve aceitar a sua responsabilidade profissional em relação às atividades para as quais esteja capacitado.

(D) rejeitar a solicitação, tendo como argumento o fato de que o pedido dos colegas da equipe o induzem à prática de negligência em relação ao paciente.

(E) aceitar a solicitação, pois é dever do psicólogo fornecer, a quem de direito, na prestação de serviços psicológicos, informações concernentes aos objetivos do seu trabalho.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O psicólogo não pode desconsiderar, no caso, as convicções religiosas dos envolvidos e tentar modificá-las.

(B) **CORRETA.** De acordo com o código.

(C) **INCORRETA.** A questão essencial do caso envolve a modificação religiosa dos envolvidas e não se o psicólogo está capacitado ou não.

(D) **INCORRETA.** Aceitar o caso não seria uma prática de negligência.

(E) **INCORRETA.** Esse artigo do Código não tem a ver com a situação apresentada.

38. (IAMSPE – VUNESP – 2012) Um psicólogo integra uma equipe multiprofissional que presta atendimento à comunidade numa unidade hospitalar. Um paciente que é atendido por um de seus colegas psicólogos comparece à unidade numa situação que envolve risco e que caracteriza uma emergência. Como dispõe o artigo 7.º do Código de Ética profissional, o psicólogo deve

(A) recusar-se a atender o paciente, pois não deu ciência do fato ao colega que é responsável pelo atendimento desse paciente.

(B) encaminhar o paciente ao consultório particular de seu colega, para que receba o atendimento em caráter de urgência.

(C) adiar o atendimento do paciente, pois ele não interrompeu formalmente seu vínculo com o colega da equipe.

(D) atender o paciente porque, num atendimento realizado em equipe, todos os profissionais assumem as mesmas funções e papeis.

(E) atender o paciente, mesmo sem o conhecimento do colega, porque o caso caracteriza-se como uma emergência.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Em caso de risco, deve-se sim atender o paciente.

(B) **INCORRETA.** Não existe tal previsão no Código.

(C) **INCORRETA.** Em caso de risco, deve-se fazer o atendimento.

(D) **INCORRETA.** Em equipe, os profissionais não têm as mesmas funções e papéis.

(E) **CORRETA.** Deve-se fazer o atendimento, mas comunicar logo em seguida ao profissional responsável pelo caso.

39. (TJ/PA – VUNESP – 2014) O Código de Ética do psicólogo declara explicitamente que a missão primordial de um código de ética profissional é

(A) promover a reflexão sobre condutas a adotar diante de dilemas éticos associados a práticas específicas.

(B) balizar a atuação do psicólogo considerando o indivíduo em sua singularidade, sem consideração por aspectos

sociais, políticos ou culturais.

(C) normatizar a natureza técnica do trabalho profissional, determinando, por exemplo, quais instrumentos podem ser utilizados. (D) estabelecer um conjunto fixo de normas e procedimentos que expressam valores universais do sujeito humano e seus direitos fundamentais.

(E) assegurar um padrão de conduta que fortaleça o reconhecimento profissional daquela categoria profissional.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Não são reflexões sobre práticas específicas, mas da profissão como um todo.

(B) **INCORRETA.** É preciso considerar os aspectos sociais e culturais.

(C) **INCORRETA.** Não se pretende a ser um instrumento de normatização.

(D) **INCORRETA.** Não busca ser um conjunto fixo de normas.

(E) **CORRETA.** É o que traz o Código.

40. (PREF. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – VUNESP – 2012) Um psicólogo atua num serviço de atendimento à saúde da comunidade, integrando uma equipe interdisciplinar. Os membros dessa equipe solicitam a esse psicólogo que faça registros nos prontuários dos pacientes por ele atendidos sobre as práticas psicológicas que adota e sobre as informações importantes para o cumprimento dos objetivos de tratamento traçados pela equipe. A solicitação da equipe

(A) deve ser atendida, pois as informações solicitadas são necessárias à metodologia de trabalho em equipe multiprofissional.

(B) deve ser recusada, pois com essa atitude o psicólogo divulga o conhecimento de técnicas e instrumentos psicológicos a leigos.

(C) deve ser atendida, pois o acesso da equipe a todas as informações sobre os atendimentos e avaliações psicológicas realizadas não fere as questões do sigilo.

(D) deve ser recusada, pois mesmo num trabalho em equipe multiprofissional o psicólogo deve garantir aos clientes sigilo e confidencialidade de todos os dados por eles fornecidos.

(E) deve ser atendida, pois a conduta ética adotada por uma equipe multiprofissional extrapola os limites dos códigos de ética de profissões isoladas.

COMENTÁRIOS:

(A) **CORRETA.** Deve registrar as informações necessárias para cumprir os objetivos da equipe.

(B) **INCORRETA.** Trata-se de intervenção em equipe.

(C) **INCORRETA.** Não se deve registrar todas as informações.

(D) **INCORRETA.** Deve registrar as informações necessárias para cumprir os objetivos da equipe e isso não fere o sigilo.

(E) **INCORRETA.** A conduta em equipe não extrapola o código de ética.

41. (PREF. LOUVEIRA/SP – VUNESP – 2007) Um psicólogo integra uma equipe multidisciplinar que trabalha num Ambulatório de Saúde Mental. Um paciente, de um outro psicólogo da equipe que

está de férias, comparece ao ambulatório para procurar ajuda, pois tentou suicídio. Nesse caso, o profissional

(A) não poderá atender o paciente porque estará interferindo na conduta de um colega de profissão.

(B) poderá prestar serviço ao paciente porque este está correndo risco e deverá informar o fato ao seu colega imediatamente.

(C) poderá atender o paciente e deverá, então, assumir a responsabilidade pela condução do atendimento.

(D) não poderá atender o paciente porque essa atitude fere o contrato estabelecido entre os profissionais de uma equipe multidisciplinar.

(E) poderá atender o paciente desde que este se comprometa a romper o vínculo com seu terapeuta anterior.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Como o caso envolve risco, o psicólogo pode sim realizar o atendimento.

(B) **CORRETA.** Conduta adequada, de acordo com o Código de Ética.

(C) **INCORRETA.** Poderá atender o paciente, mas não deverá assumir a condução do atendimento.

(D) **INCORRETA.** Poderá sim atender o paciente.

(E) **INCORRETA.** Poderá atender desde que dê ciência imediata ao profissional responsável pelo caso.

42. (PREF. LOUVEIRA/SP – VUNESP – 2007) Um garoto de 15 anos comparece a um serviço de atendimento psicológico solicitando atendimento em psicoterapia. Ele informa que perdeu os pais e não existe ninguém que possa se responsabilizar por ele. Para realizar o atendimento, o psicólogo

(A) deverá sugerir que o garoto procure uma autoridade para emancipar-se legalmente, já que não tem representante legal.

(B) não deverá realizar o atendimento, pois corre o risco de ser denunciado por ato infracional.

(C) deverá assumir a responsabilidade legal e pelo atendimento do jovem junto às autoridades competentes.

(D) deverá comunicar as autoridades competentes sobre o início do atendimento.

(E) deverá pedir que o menor assine um documento no qual ele se responsabiliza legalmente pelo atendimento.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Não existe tal previsão legal.

(B) **INCORRETA.** Pode sim realizar o atendimento, desde que dê ciência às autoridades competentes.

(C) **INCORRETA.** O psicólogo não deve assumir responsabilidade legal sobre o paciente.

(D) **CORRETA.** Essa é a conduta indicada.

(E) **INCORRETA.** Não existe tal previsão na legislação.

43. (PREF. DE SOROCABA – VUNESP – 2008) Está previsto no código de ética profissional do psicólogo que uma pessoa que foi submetida a um processo de avaliação psicológica poderá ter acesso aos resultados

(A) somente quando o parecer for solicitado por um profissional de saúde.

(B) eventualmente, em caso de perícia que informe sobre transtornos mentais.

(C) parciais apenas, em razão do sigilo profissional que deve ser mantido.

(D) de forma irrestrita, sendo informado sobre os dados decorrentes de sua avaliação.

(E) normalmente, quando se tratar de um psicodiagnóstico solicitado pelo médico.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Não existe restrições em relação às informações para a pessoa que foi submetida ao processo.

(B) **INCORRETA.** Não existe restrições em relação às informações para a pessoa que foi submetida ao processo.

(C) **INCORRETA.** Não existe restrições em relação às informações para a pessoa que foi submetida ao processo.

(D) **CORRETA.** É direito da pessoa atendida ter acesso total aos dados decorrentes de sua avaliação.

(E) **INCORRETA.** Não existe restrições em relação às informações para a pessoa que foi submetida ao processo.

44. (UFSCAR – VUNESP – 2008) Um psicólogo é abordado por uma empresa que tem interesse em contratar seus serviços. O psicólogo tem informações fidedignas de que a empresa apresenta atividades irregulares, como contratação de menores e, possivelmente, lavagem de dinheiro. Segundo o Código de Ética do Psicólogo,

(A) mesmo condenando as atividades da empresa, o psicólogo poderá prestar serviços como assessor externo.

(B) o psicólogo deverá recusar-se a prestar serviços à empresa e apresentar denúncia ao órgão competente.

(C) o psicólogo deverá solicitar à empresa um documento que confirme sua atuação restrita ao âmbito da Psicologia.

(D) não haveria restrições à prestação de serviços à empresa, pois questões desse tipo ficam a critério do próprio psicólogo.

(E) o psicólogo poderá prestar serviços à empresa, desde que seu conhecimento das atividades irregulares da instituição não possa ser comprovado.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O psicólogo deve se recusar a prestar serviços.

(B) **CORRETA.** Seria a conduta correta de acordo com o Código de Ética.

(C) **INCORRETA.** Não existe tal previsão na legislação.

(D) **INCORRETA.** Não ficam a critério do psicólogo, pois é seu dever se recusar a prestar serviço.

(E) **INCORRETA.** Não existe tal previsão.

45. (IAMSPE – VUNESP – 2009) Quando um psicólogo integra uma equipe multiprofissional de atendimento à população, ele deve registrar nos prontuários que oferecem subsídios à atuação de sua equipe

(A) apenas as informações necessárias para atender aos objetivos do trabalho de sua equipe.

(B) todas as informações que dispõe sobre as avaliações realizadas e as sessões de atendimento.

(C) só as informações sobre a avaliação diagnóstica realizada e os testes psicológicos aplicados.

(D) as informações genéricas sobre comparecimentos às sessões e foco definido para o atendimento.

(E) nenhuma informação sobre o cliente em respeito à questão de sigilo e confidencialidade dos dados.

COMENTÁRIOS:

(A) **CORRETA.** De acordo com as recomendações do código.

(B) **INCORRETA.** Não se deve registrar todas as informações.

(C) **INCORRETA.** Deve-se registrar as informações necessárias para os objetivos do trabalho.

(D) **INCORRETA.** As informações não devem ser genéricas, mas sim importantes para os objetivos.

(E) **INCORRETA.** O sigilo não impede de registrar as informações essenciais.

46. (IAMSPE – VUNESP – 2009) Um psicólogo pode intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional na seguinte situação:

(A) para realizar atendimento não eventual de criança ou adolescente a pedido de seus responsáveis legais.

(B) no caso de falta por motivo injustificado desse colega às sessões de atendimento previstas.

(C) por ocasião de greves ou paralisações no seu local de trabalho com as quais não concorde.

(D) desde que esteja capacitado teórica e tecnicamente para assumir as intervenções já conduzidas.

(E) quando se tratar de atendimento multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia adotada.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Não é uma das situações trazidas pelo Código.

(B) **INCORRETA.** Não é uma das situações trazidas pelo Código.

(C) **INCORRETA.** Não é uma das situações trazidas pelo Código.

(D) **INCORRETA.** Não é uma das situações trazidas pelo Código.

(E) **CORRETA.** É uma das situações em que um psicólogo pode intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional.

47. (PREF. DE MOGI DAS CRUZES – VUNESP – 2009) O Código de Ética Profissional do Psicólogo, em seu art. 7.o, determina que o profissional psicólogo possa intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional, na seguinte situação:

(A) caso haja prévia comunicação sobre a paralisação dos atendimentos aos usuários ou beneficiários dos serviços.

(B) quando se configuram conflitos decorrentes do processo de atendimento, entre cliente e profissional.

(C) quando a qualidade do trabalho realizado afeta uma pessoa do seu vínculo pessoal.

(D) em caso de extinção do serviço de Psicologia, o profissional poderá facilitar o acesso das pessoas, grupos ou organizações, aos resultados das pesquisas.

(E) quando se tratar de trabalho multiprofissional, e a intervenção fizer parte da metodologia adotada.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Um psicólogo pode intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional.

(B) **INCORRETA.** Um psicólogo pode intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional.

(C) **INCORRETA.** Um psicólogo pode intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional.

(D) **INCORRETA.** Um psicólogo pode intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional.

(E) **CORRETA.** É uma das situações em que um psicólogo pode intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional.

48. (PREF. LUCÉLIA – VUNESP – 2009) Em uma equipe multidisciplinar, envolvendo profissionais de diversas áreas, o psicólogo deve compartilhar com os demais membros da equipe

(A) todas as conclusões a que chegou a respeito do caso em questão. (B) todas as informações que lhe forem solicitadas, desde que esteja seguro delas.

(C) somente os dados relevantes para a compreensão e o encaminhamento do caso.

(D) somente os dados que lhe forem especificamente solicitados pelos outros profissionais.

(E) somente os dados obtidos por meio da aplicação de testes psicológicos.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O psicólogo não deve compartilhar todas as conclusões sobre o caso.

(B) **INCORRETA.** Mesmo seguro das informações, o psicólogo não deve compartilhar todas elas.

(C) **CORRETA.** De acordo com o Código de Ética.

(D) **INCORRETA.** Na verdade, é somente os dados relevantes para a compreensão e o encaminhamento do caso.

(E) **INCORRETA.** Somente as informações relevantes para o caso.

49. (CAMPUS DE MARÍLIA – VUNESP – 2010) Jovem, menor de idade, solicita atendimento psicológico a um profissional que trabalha num serviço de atenção à saúde mental, devido a intensas crises de ansiedade. O jovem informa que não tem contato com seus responsáveis legais cujo paradeiro desconhece. Nesse caso, o psicólogo

(A) pode realizar o atendimento sem qualquer impedimento desde que o caso seja grave.

(B) não pode realizar sequer a primeira entrevista com o jovem para que não se configure falta ética.

(C) deve auxiliar o jovem a encontrar seus responsáveis legais antes de ser autorizado a atendê-lo.

(D) pode iniciar o atendimento e assumir a responsabilidade legal pelo ato, enquanto durar o atendimento.

(E) pode iniciar o atendimento, desde que comunique o fato às autoridades competentes.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O atendimento não depende da gravidade do caso.

(B) **INCORRETA.** Pode sim ser realizada a primeira entrevista.

(C) **INCORRETA.** Pode ser feito o atendimento e se não forem localizados os responsáveis, o psicólogo deverá informar às autoridades competentes.

(D) **INCORRETA.** O psicólogo não assume a responsabilidade legal pelo paciente.

(E) **CORRETA.** De acordo com o Código.

50. (SAP/SP – VUNESP – 2011) É permitido a um psicólogo intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional, na seguinte situação:

(A) quando o atendimento não for interrompido voluntariamente e de forma definitiva.

(B) em casos que não constituem emergência ou risco a um paciente de qualquer serviço de atendimento.

(C) quando o pedido de intervenção for solicitado pelo cliente e não for comunicado ao profissional responsável pelo caso.

(D) quando o profissional faz parte de uma equipe multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia por ela adotada.

(E) quando esse psicólogo já mantém um contato pessoal e anterior com o cliente atendido por este outro profissional.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Nesta situação, ele não poderia intervir.

(B) **INCORRETA.** Nesta situação, ele não poderia intervir.

(C) **INCORRETA.** Nesta situação, ele não poderia intervir.

(D) **CORRRETA.** É uma das possibilidades trazidas pelo Código de Ética.

(E) **INCORRETA.** Nesta situação, ele não poderia intervir.

51. (SAP/SP – VUNESP – 2011) Um psicólogo é chamado para depor em juízo, e o juiz decidiu pela quebra do sigilo profissional. Nesse caso, esse psicólogo deverá

(A) apresentar de forma minuciosa e documental todas as informações sobre o objeto de questionamento.

(B) limitar suas informações ao estritamente necessário para elucidação do objeto de questionamento.

(C) recusar-se a depor, valendo-se da determinação exposta no Código de Ética da profissão.

(D) solicitar ao cliente que é alvo do questionamento autorização por escrito para depor.

(E) apresentar documentação ao Conselho Federal de Psicologia, solicitando autorização para depor.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O psicólogo não deve apresentar todas as informações sobre o caso.

(B) **CORRETA.** De acordo com o Código de Ética.

(C) **INCORRETA.** O psicólogo não precisa se recusar a depor.

(D) **INCORRETA.** O psicólogo não deve solicitar autorização do paciente.

(E) **INCORRETA.** O psicólogo não deve solicitar autorização do CFP.

52. (PREF. SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP – VUNESP – 2011) Em casos excepcionais, é considerada a possibilidade de o psicólogo decidir pela quebra de sigilo. Um desses casos é

(A) no atendimento a pessoas que perderam sua capacidade civil e estão privadas juridicamente de tomar decisões, quando o psicólogo está autorizado a tornar públicas todas as informações sobre o atendimento que realiza.

(B) nos documentos que embasam as atividades realizadas por uma equipe multiprofissional, quando o psicólogo se compromete a apresentar todos os dados sobre a avaliação e sobre os atendimentos por ele realizados.

(C) no caso de ser convocado, por uma intimação judicial, a prestar depoimento sobre as condições de uma pessoa por ele atendida, quando oferecerá somente as informações necessárias.

(D) no atendimento de crianças e jovens, quando o profissional deve apresentar aos pais ou responsáveis legais todas as informações sobre os atendimentos realizados para promover medidas em seu benefício.

(E) no atendimento realizado a pessoas que disputam a guarda de filhos, quando o psicólogo se responsabiliza por fornecer todas as informações que possam auxiliá-las a obter um parecer favorável no processo de decisão judicial.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O psicólogo não pode tornar públicas todas as informações no caso de incapacidade civil.

(B) **INCORRETA.** O psicólogo deve apresentar somente as informações necessárias para o caso.

(C) **CORRETA.** É uma das possibilidades de quebra de sigilo.

(D) **INCORRETA.** Deve apresentar somente o essencial.

(E) **INCORRETA.** Deve apresentar somente o essencial.

53. (CAMPUS DE BAURU – VUNESP – 2011) De acordo com o texto oficial do Código de Ética, a missão primordial do profissional em psicologia é

(A) assegurar padrão de conduta que fortaleça o reconhecimento social da categoria.

(B) normatizar os testes e garantir a natureza técnica do trabalho.

(C) fixar e fiscalizar conjunto de normas técnicas atemporais.

(D) favorecer a utilização de práticas psicológicas como instrumentos de disciplina.

(E) promover convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas e religiosas.

COMENTÁRIOS:

(A) **CORRETA.** De acordo com o Código, essa é sua missão.

(B) **INCORRETA.** Não é a missão primordial trazida pelo Código.

(C) **INCORRETA.** As normas não são atemporais, estão relacionadas com o contexto social.

(D) **INCORRETA.** Não é missão do Código.

(E) **INCORRETA.** O psicólogo não deve promover convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas e religiosas em seu exercício profissional.

54. (CAMPUS DE BAURU – VUNESP – 2011) Assinale a alternativa na qual esteja descrita uma situação em que o psicólogo poderá intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro psicólogo da equipe.

(A) O psicólogo atuará mesmo que não haja o pedido do profissional responsável pelos serviços, bastando que o usuário do serviço solicite a sua intervenção.

(B) O psicólogo atuará em caso de emergência ou risco ao beneficiário ou usuário do serviço, sendo facultativo dar imediata ciência ao outro profissional.

(C) O psicólogo atuará independentemente da interrupção voluntária e definitiva do serviço por parte do usuário e da necessidade de informar o outro profissional.

(D) O psicólogo assumirá o trabalho não eventual em criança, adolescente ou adulto, bastando que um dos pais autorize ou solicite a intervenção.

(E) O psicólogo assumirá quando se tratar de trabalho cujas intervenções façam parte da metodologia adotada e pactuada pela equipe.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** É preciso que haja solicitação do profissional responsável pelo caso.

(B) **INCORRETA.** É dever dar ciência imediata ao outro profissional.

(C) **INCORRETA.** O psicólogo poderá atuar se houver da interrupção voluntária e definitiva do serviço por parte do usuário.

(D) **INCORRETA.** A autorização de um dos responsáveis seria suficiente se já não houvesse outro profissional responsável pelo caso.

(E) **CORRETA.** De acordo com o Código.

55. (PREF. DE ALUMÍNIO – VUNESP – 2011) O CFP (Conselho Federal de Psicologia), na orientação ética dos profissionais em atuação no país, apresenta periodicamente resoluções de modo a aprimorar seu trabalho. Assinale a alternativa que reflete determinação explícita do CFP.

(A) É vedado ao psicólogo o uso de instrumentos ainda não normatizados em processos de seleção.

(B) É permitido ao psicólogo reter do paciente, ou de seus responsáveis, material relativo à avaliação psicológica.

(C) É vedado ao psicólogo divulgar seus serviços profissionais por meios eletrônicos.

(D) É permitido ao psicólogo redigir laudos periciais sem a ciência da pessoa objeto do estudo.

(E) É permitido ao profissional utilizar-se de procedimentos não referendados, desde que não haja cobrança de honorários.

COMENTÁRIOS:

(A) **CORRETA.** De acordo com o CFP.

(B) **INCORRETA.** É proibido ao psicólogo reter do paciente, ou de seus responsáveis, material relativo à avaliação psicológica.

(C) **INCORRETA.** Não é vedado ao psicólogo divulgar seus serviços profissionais por meios eletrônicos.

(D) **INCORRETA.** É proibido ao psicólogo redigir laudos periciais sem a ciência da pessoa objeto do estudo.

(E) **INCORRETA.** O psicólogo não deve fazer uso de procedimentos não referendados, independente de honorários.

56. (UNESP – VUNESP – 2012) Um psicólogo recebe para avaliação psicológica um indivíduo e, após a realização do processo psicodiagnóstico, identifica que ele não possui capacitação teórica e técnica para oferecer o atendimento necessário a esse indivíduo. Nesse caso, como determina o Código de Ética Profissional, art. 1.°, item h, o psicólogo deve

(A) estabelecer com outro profissional um acordo de prestação de serviço, para responder à demanda desse indivíduo sem interromper o vínculo profissional já estabelecido com ele.

(B) orientar esse indivíduo sobre o encaminhamento apropriado, e fornecer ao profissional que o sucederá os documentos pertinentes ao bom acompanhamento do caso.

(C) procurar se capacitar teórica e tecnicamente para prestar o atendimento necessário, para garantir que o indivíduo por ele avaliado receba um atendimento de qualidade.

(D) contratar os serviços de outro profissional para que se realize uma nova avaliação sobre o caso e um atendimento adequado à demanda identificada nesse indivíduo.

(E) interromper o atendimento e o vínculo estabelecido com esse indivíduo, para que este tenha oportunidade de escolher livremente outro profissional para atendê-lo.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Deve-se fazer o encaminhamento, mas o vínculo deve ser rompido.

(B) **CORRETA.** De acordo com as orientações do CFP.

(C) **INCORRETA.** Deve-se fazer o encaminhamento para um profissional que esteja capacitado.

(D) **INCORRETA.** Não se deve contratar os serviços de outro profissional.

(E) **INCORRETA.** O indivíduo deve ser encaminhado para alguém que o psicólogo sabe estar apto para o trabalho.

57. (UNESP – VUNESP – 2012) Um psicólogo realiza sua prática clínica integrada às ações de saúde desenvolvidas por uma equipe multiprofissional num centro de atenção à saúde da população. Essa equipe determina que sejam registradas no prontuário de cada um de seus usuários as informações referentes a todos os atendimentos por eles realizados. Nesse caso, como dispõe o art. 12 do Código de Ética profissional, o psicólogo

(A) informa ao coordenador da equipe que não pode lhe revelar dados sobre os pacientes por ele atendidos, em respeito ao sigilo.

(B) anota no prontuário os dias e o tipo de atendimento realizado, mas nenhuma informação sobre os casos por ele atendidos.

(C) informa que só poderá manter num arquivo confidencial, só manipulado por ele, as informações sobre os casos por ele atendidos. (D) registra nesses prontuários todas as informações disponíveis sobre os atendimentos por ele realizados, para oferecer subsídios para toda a equipe.

(E) registra nos prontuários somente as informações necessárias para o cumprimento dos objetivos do trabalho da equipe.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Não é a conduta trazida pelo artigo.

(B) **INCORRETA.** Pode-se anotar informações essenciais para a compreensão do caso.

(C) **INCORRETA.** No prontuário pode haver informações necessárias para a equipe.

(D) **INCORRETA.** Não se deve disponibilizar todas as informações disponíveis.

(E) **CORRETA.** De acordo com o artigo do Código citado.

58. (PREF. DE SERTÃOZINHO – VUNESP – 2012) Um psicólogo faz parte da equipe de uma instituição que presta serviços em saúde à população. Esse psicólogo tem algumas divergências em relação à missão, às políticas e às práticas adotadas pela equipe de profissionais desse serviço, que contrariam

as orientações de sua prática profissional. Nesse caso, de acordo com o que preconiza o Código de Ética de sua categoria, ele deve

(A) divulgar os procedimentos adotados por essa instituição junto aos meios de comunicação, como forma de alertar a população.

(B) resguardar o caráter confidencial das práticas e políticas adotadas por essa instituição, assegurando a sua responsabilidade em relação ao sigilo diante dos procedimentos adotados.

(C) organizar junto aos usuários e beneficiários dos serviços dessa instituição, a paralisação das atividades por ela realizadas até que ocorra uma intervenção no local.

(D) desviar para outros serviços e instituições as demandas acolhidas por essa instituição, visando o benefício e a continuidade do atendimento à população.

(E) recusar-se a prestar serviços e, se pertinente, apresentar denúncia ao órgão competente sobre os serviços prestados por essa instituição.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Não é a orientação do CFP.

(B) **INCORRETA.** O psicólogo tem o dever de recusar-se a prestar serviços e, se pertinente, apresentar denúncia ao órgão competente sobre os serviços prestados por essa instituição.

(C) **INCORRETA.** Não é a orientação do CFP.

(D) **INCORRETA.** Não é a conduta indicada.

(E) **CORRETA.** De acordo com o Código de Ética.

59. (PREF. ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE POÁ/SP – VUNESP – 2013) Um psicólogo que conhece os princípios básicos do Código de Ética, que rege a sua atuação profissional, deve saber que, quando ele integra uma proposta de atendimento em equipe multiprofissional de saúde, ele

(A) só pode manter as informações e dados obtidos sobre os casos por ele atendidos num arquivo pessoal.

(B) mantém o caráter confidencial das informações que lhe fazem seus clientes e não as compartilha com outros membros da equipe.

(C) deve registrar nos documentos, que embasam as atividades da equipe, todas as informações referentes aos seus casos.

(D) pode intervir na prestação de serviços efetuados por outros psicólogos quando isso fizer parte da metodologia da equipe.

(E) pode substituir outro membro de sua equipe, de qualquer área do conhecimento, em qualquer atendimento.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Há o registro no prontuário do paciente, documento que é compartilhado entre os profissionais.

(B) **INCORRETA.** É importante compartilhar as informações necessárias para cumprir os objetivos da equipe.

(C) **INCORRETA.** Não se deve registrar todas as informações.

(D) **CORRETA.** De acordo com o Código.

(E) **INCORRETA.** É preciso respeitar as especificidades de cada profissão.

60. (PREF. ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE POÁ/SP – VUNESP – 2013) Um psicólogo realizou uma única entrevista com um adolescente que procurou, espontaneamente, um serviço público de saúde mental, para orientá-lo em relação à sua demanda. De acordo com o Código de Ética Profissional dos Psicólogos, esse profissional

(A) não cometeu uma infração, porque atendeu o adolescente numa instituição pública de saúde que presta atendimento à população.

(B) cometeu falta ética, porque os adolescentes não podem ser atendidos sem o consentimento de ambos os pais ou pelos responsáveis.

(C) não transgrediu o Código de Ética de sua categoria, pois, a menos que veja o adolescente uma segunda vez, o atendimento teve caráter eventual.

(D) cometeu uma falta ética, porque um psicólogo não pode atender um adolescente sem a presença dos pais ou responsáveis.

(E) não transgrediu o Código de Ética, porque o adolescente procurou o serviço de saúde mental espontaneamente.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O fato de o atendimento ter sido em uma instituição pública de saúde não e o que caracterizaria ou não infração ética.

(B) **INCORRETA.** O consentimento deve ser de ao menos um de seus responsáveis e quando o atendimento for não eventual.

(C) **CORRETA.** O psicólogo pode atender quando for o caso de um atendimento eventual.

(D) **INCORRETA.** Não é necessário que haja a presença dos pais ou responsáveis.

(E) **INCORRETA.** O fato de o adolescente procurar o serviço de saúde mental espontaneamente não é o que caracteriza ou não a infração ética.

61. (PREF. ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE POÁ/SP – VUNESP – 2013) Durante a permanência de um psicólogo como membro de uma equipe que presta atendimento em saúde mental à população carente, ele realizou algumas intervenções na sua área de conhecimento para as quais não estava capacitado. De acordo com o que dispõe o Código de Ética do Psicólogo, esse profissional

(A) descumpriu a lei, pois, para atender às demandas da população, praticou o exercício ilegal da profissão.

(B) atuou com responsabilidade social, pois sua decisão indica que analisou criticamente as necessidades da população por ele atendida. (C) transgrediu o Código de Ética, porque prestou atendimento em caráter emergencial visando aos benefícios pessoais.

(D) atendeu aos princípios do Código de Ética de sua categoria, porque prestou atendimento em respeito aos direitos dos usuários.

(E) violou o princípio de que um psicólogo somente pode assumir responsabilidades por atividades para as quais esteja capacitado pessoal, teórica e tecnicamente.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Atender as demandas da população não caracteriza exercício ilegal da profissão.

(B) **INCORRETA.** Não se deve prestar serviços para o qual não se esteja capacitado.

(C) **INCORRETA.** Não é o que caracteriza a situação.

(D) **INCORRETA.** Não se deve prestar serviços para o qual não se esteja capacitado.

(E) **CORRETA.** Foi o que aconteceu na situação descrita.

62. (UFVJM – FUNDEP – 2017) O Código de Ética Profissional do Psicólogo estabelece padrões esperados quanto às práticas referendadas pela categoria profissional e pela sociedade, como também procura fomentar a autorreflexão exigida de cada indivíduo acerca da sua práxis. É vedado ao psicólogo na práxis de sua profissão:

(A) prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou de emergência, sem visar benefício pessoal.
(B) prestar serviços profissionais a organizações concorrentes de modo que possam resultar em prejuízo para as partes envolvidas, decorrentes de informações privilegiadas.
(C) fornecer, a quem é de direito, na prestação de serviços psicológicos, informações concernentes ao trabalho a ser realizado e ao seu objetivo profissional.
(D) assumir responsabilidades profissionais somente por atividades para as quais esteja capacitado pessoal, teórica e tecnicamente.

COMENTÁRIOS:

É vedado ao psicólogo prestar serviços profissionais a organizações concorrentes de modo que possam resultar em prejuízo para as partes envolvidas, decorrentes de informações privilegiadas.

Todas as outras alternativas dizem respeito a deveres fundamentais.

RESPOSTA: C.

63. (PREF. DE BELA VISTA – FUNDEP – 2017) Sobre os deveres fundamentais descritos no Art. 1º do Código de Ética Profissional do Psicólogo, é correto afirmar:

(A) O psicólogo deve informar, a quem de direito for, os resultados decorrentes da prestação de serviços psicológicos, comunicando apenas o que for necessário para a tomada de decisões que afetem o beneficiário.

(B) O psicólogo deve induzir seus pacientes a convicções de orientação sexual quando do exercício de suas funções profissionais.

(C) O psicólogo deve pleitear ou receber comissões, doações ou empréstimos além dos honorários contratados, assim como intermediar transações financeiras.

(D) O psicólogo deve realizar diagnóstico, divulgar procedimentos ou apresentar resultados de serviços psicológicos em meios de comunicação, de forma a auxiliar grupos e organizações.

COMENTÁRIOS:

RESOLUÇÃO CFP Nº 010/05

Art. 1º – São deveres fundamentais dos psicólogos:

g) Informar, a quem de direito, os resultados decorrentes da prestação de serviços psicológicos, transmitindo somente o que for necessário para a tomada de decisões que afetem o **usuário ou beneficiário**;

Todas as outras trazem vedações ao psicólogo.

RESPOSTA: A.

64. (IFN/MINAS – FUNDEP – 2016) De acordo com o Código de Ética Profissional do Psicólogo, é dever fundamental do psicólogo, EXCETO:

(A) Induzir os pacientes e as instituições às convenções políticas e filosóficas que possibilitem o desenvolvimento da sociedade.

(B) Prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou de emergência, sem visar benefício pessoal.

(C) Conhecer, divulgar, cumprir e fazer cumprir esse Código.

(D) Sugerir serviços de outros psicólogos, sempre que, por motivos justificáveis, não puderem ser continuados pelo profissional que os assumiu inicialmente, fornecendo ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho.

COMENTÁRIOS:

De acordo com o Código de Ética Profissional do Psicólogo, é **dever fundamental** do psicólogo, EXCETO:

a) Induzir os pacientes e as instituições às convenções políticas e filosóficas que possibilitem o desenvolvimento da sociedade.

Código de Ética

Art. 2º - Ao psicólogo é **VEDADO**:

b) Induzir a convicção políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais

RESPOSTA: A.

5 – LISTA DE QUESTÕES



1. (HEPP – IBFC- 2014) Códigos de Ética profissionais são fundamentais para o estabelecimento de padrões esperados quanto ás práticas referendadas por uma respectiva categoria profissional e pela sociedade. Assinale a alternativa INCORRETA a respeito do atual Código de Ética do Psicólogo:

(A) Foi aprovado em 2005.

(B) É o terceiro da categoria profissional no Brasil.

(C) Seu processo de construção ocorreu num período inferior a seis meses, e contou com a participação de alguns profissionais da categoria de psicólogos, que puderam representar os demais e a sociedade.

(D) Conta com os princípios fundamentais, as responsabilidades do psicólogo e as disposições gerais.

2. (TRT 15º REGIÃO – FCC- 2013) Segundo o Código de Ética Profissional do Psicólogo (Art. 3º), o psicólogo, para ingressar, associar-se ou permanecer em uma organização, considerará a missão, a filosofia, as políticas, as normas e as práticas nela vigentes e sua compatibilidade com os princípios e regras deste Código de Ética. Existindo incompatibilidade, cabe ao psicólogo:

(A) Denunciar os colegas, mas manter-se no emprego para gerar transformações.

(B) Manter a prestação de serviços de serviços, respeitando as limitações do empregador.

(C) Permanecer calado e subserviente até que possa deslocar-se para outro emprego.

(D) Recusar-se a prestar serviço e, se pertinente, apresentar denúncia ao órgão competente.

(E) Ficar no emprego para obter informações e depois advertir o empregador.

3. (HEPP – IBFC – 2014) Na prática do trabalho do psicólogo, eventualmente podem ocorrer situações em que exista a necessidade de intervenção na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional também da área da Psicologia. Situações como estas são permitidas, de acordo com o atual Código de Ética da categoria, nas seguintes condições:

I – Quando se tratar de trabalho multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia adotada.

II – Quando informado expressamente, obrigatoriamente por ambas as partes, da interrupção voluntária e definitiva do serviço.

III – A pedido do profissional responsável pelo serviço.

IV – Em caso de emergência ou risco à pessoa atendida, não necessitando, neste caso, de imediata ciência do profissional responsável pelo acompanhamento do caso.

Estão corretas as alternativas:

(A) I e III são corretas.

(B) Somente I é correta.

(C) II, III e IV são corretas.

(D)Todas são corretas.

4. (SESACRE – FUNCAB – 2014) De acordo com o Código de Ética do Psicólogo, o psicólogo, na realização de estudos, pesquisas e atividades voltadas para a produção de conhecimento, deverá. Marque a alternativa INCORRETA.

(A) Avaliar os riscos envolvidos.

(B) Garantir o caráter voluntário da participação dos envolvidos.

(C) Garantir o anonimato das pessoas.

(D) Garantir o acesso dos envolvidos aos resultados da pesquisa.

(E) Prestar serviços a organizações concorrentes.

5. (UFJF – COPESE – 2013) O Código de Ética Profissional do Psicólogo, aprovado pelo Conselho Federal de Psicologia, em resolução que entrou em vigor em 27/08/2005, tem entre seus princípios fundamentais, EXCETO:

(A) O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

(B) O psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica.

(C) O psicólogo contribuirá para promover a universalização do acesso da população às informações, ao conhecimento da ciência psicológica e aos serviços e aos padrões éticos da profissão.

(D) O psicólogo assumirá responsabilidades profissionais somente para atividades para as quais esteja capacitado e pelas quais receberá salário digno.

6. (TJ/AM – FGV – 2013) De acordo com o Código de Ética dos Psicólogos brasileiros, assinale a alternativa correta.

(A) O psicólogo deve prestar serviços à comunidade em situações de emergência ou calamidade sem usufruir benefício pessoal.

(B) O psicólogo, no exercício da profissão, não possui atribuição de comunicar aos órgãos competentes irregularidades observadas.

(C) O psicólogo não é responsável por arquivar resultados do seu trabalho.

(D) O psicólogo poderá sugerir a derivação de um paciente atendido numa instituição para sua clínica privada sempre que for conveniente.

(E) O psicólogo não é obrigado a fornecer os resultados de seu atendimento.

7. (SEPLAG – CESGRANRIO – 2011) Considere a situação em que uma greve de profissionais da saúde paralise as atividades de um equipamento de saúde mental. Considere as afirmativas abaixo acerca das obrigações éticas que cabem a um psicólogo que trabalha nesse serviço.

I – O psicólogo deve garantir a continuidade dos atendimentos pelos quais já era responsável antes do indicativo de greve.

II – O psicólogo deve garantir que as atividades de emergência não sejam interrompidas.

III – O psicólogo deve avisar previamente aos usuários que haverá a paralisação dos serviços.

É correto apenas o que afirma em:

(A) I

(B) II

(C) III

(D) I e II

(E) II e III

8. (TJ/AM – FGV – 2013) Um psicólogo foi convidado para ser perito de um caso de impedimento por problemas mentais. No decurso do processo, descobriu que um dos familiares do paciente, diretamente envolvido com o caso, era amigo de infância, embora não houvesse um convívio atual sistemático. Sobe o caso descrito, assinale a afirmativa correta.

(A) O Código de Ética não tem orientação específica para tais situações.

(B) O profissional deveria procurar o amigo informando que era um dos peritos, mas que não sabia das circunstâncias antes de ter o processo em mãos.

(C) O profissional deveria se afastar do caso, pedindo sua substituição.

(D) O profissional não deveria se comunicar com o amigo antes da decisão final.

(E) O profissional deveria consultar outro psicólogo.

9. (TRT 9º REGIÃO – FCC – 2010) Segundo o Código de Ética Profissional do Psicólogo, Art.3º, o psicólogo, para ingressar, associar-se ou permanecer em uma organização, considerará:

(A) Que não pode prestar serviços profissionais a organizações concorrentes, resultando em benefícios para as partes envolvidas.

(B) A justa retribuição aos serviços prestados e as condições do usuário ou beneficiário.

(C) Que as atividades de emergência em greves não sejam interrompidas.

(D) Prévia comunicação da paralisação aos usuários ou beneficiários dos serviços atingidos pela instituição.

(E) A missão, a filosofia, as políticas, as normas e as práticas nela vigentes e sua compatibilidade com os princípios e regras do referido código.

10. (TRT 9º REGIÃO – FCC – 2010) O Código de Ética Profissional do Psicólogo aponta, no art.15 que, em caso de demissão ou exoneração, o psicólogo deverá repassar todo o material ao psicólogo que vier a substituí-lo, ou lacrá-lo para posterior:

(A) Encaminhamento às outras especialidades.

(B) Incineração do material.

(C) Utilização pelo psicólogo substituto.

(D) Encaminhamento ao juiz.

(E) Verificação de sua adequação.

11. (SESA/ES – CESPE – 2013) Assinale a opção correta referente ao Código de Ética Profissional dos Psicólogos.

(A) Constitui princípio fundamental estabelecido pelo Código de Ética Profissional dos Psicólogos a promoção da saúde e de qualidade de vida dos indivíduos e das coletividades, devendo o psicólogo ser neutro em quaisquer formas de violência e de discriminação.

(B) O profissional da psicologia deverá atuar com responsabilidade social e econômica, estando a par dos contextos históricos e sociais. Cabe ao profissional, ainda, a análise crítica das realidades social, cultural e individual na tomada de decisão.

(C) O psicólogo deverá atuar com responsabilidade no desenvolvimento da psicologia como campo científico de conhecimento e de prática.

(D) O profissional de Psicologia deverá promover a universalização do acesso da população às informações e aos serviços, não cabendo sua contribuição no que tange ao conhecimento das especificidades da ciência psicológica.

(E) Constitui princípio fundamental estabelecido pelo Código de Ética Profissional dos Psicólogos o trabalho fundamentado no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam o artigo 5º da Constituição Federal.

12. (TJ/PR – UFPR – 2013) Quanto à documentação que está sob sua responsabilidade, produzida ao longo de seu exercício profissional em uma instituição jurídica, o psicólogo deve pautar sua atuação no Código de Ética do Psicólogo (CFP, 2005). Em relação à atitude adequada que o psicólogo deve assumir, de forma que resguarde o Código de Ética, no que diz respeito tanto a sua relação com a instituição como à documentação, em caso de demissão, exoneração ou extinção de sua função, é correto afirmar:

(A) A partir do ingresso em uma instituição jurídica, o psicólogo deve considerar as políticas, as normas e regras vigentes, sem prejudicar o andamento das decisões tomadas. Portanto, em relação aos seus arquivos confidenciais, caso o serviço de Psicologia seja extinto com sua demissão, ele deve avisar ao Conselho Regional de Psicologia, para que este providencie a destinação desses documentos.

(B) Em caso de extinção do serviço de Psicologia, o psicólogo responsável decidirá sobre o destino de seus arquivos confidenciais e avisará o Conselho Regional de Psicologia sobre a extinção de seu cargo, registrando uma denúncia sobre a impossibilidade de dar continuidade aos casos atendidos.

(C) Tanto no caso de demissão e exoneração como no caso de extinção do cargo, é de responsabilidade do psicólogo a guarda de seus arquivos confidenciais durante cinco anos, podendo decidir pelo repasse ou não das informações sob sua guarda para a instituição ou psicólogo que irá substituí-lo.

(D) A documentação produzida pelo psicólogo em uma instituição jurídica, normalmente, são os prontuários aos quais todos têm acesso, pois contêm informações importantes para os casos que estão sendo avaliados. Sendo assim, caso o psicólogo não esteja mais na instituição, qualquer outro profissional da equipe poderá ficar responsável pelas informações.

13. (TJ/SP – VUNESP- 2012) De acordo com o § 2.º, do Art. n.º 8 do Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP n.º 010/05), o psicólogo responsabilizar-se-á pelos encaminhamentos que se fizerem necessários para garantir a proteção integral do atendido. Esse artigo diz respeito, especificamente, ao atendimento não eventual de

(A) acidentados, trabalhadores e grupos em risco.

(B) pacientes hospitalares, idosos e usuários de drogas.

(C) crianças, adolescentes ou interdito.

(D) estrangeiros, indígenas e mulheres.

(E) aposentados, pensionistas e pessoas em situação de rua.

14. (TRE/BA – CESPE – 2017) Assinale a opção que apresenta princípio fundamental do Código de Ética Profissional do Psicólogo.

(A) a promoção da saúde e da qualidade de vida das pessoas, porém sem impactar a coletividade

(B) a prática profissional digna e fundamentada nos preceitos religiosos e espirituais seguidos pelo paciente

(C) neutralidade profissional, ainda que com negligenciamento da realidade social, econômica e cultural do paciente

(D) atuação responsável, com aprimoramento contínuo do profissional

(E) prevenção da prática de automedicação por meio da restrição de acesso ao conhecimento da ciência psicológica por público leigo.

15. (TRT 2º REGIÃO – FCC – 2014) O psicólogo, quando participar de greves ou paralisações, segundo o Código de Ética Profissional do Psicólogo, deve

(A) garantir que as atividades de emergência não sejam interrompidas.

(B) garantir que o pleito da greve ou paralisação esteja alinhado aos pressupostos básicos mencionados no Art. 1 dos princípios fundamentais do Código de Ética do Profissional Psicólogo.

(C) assegurar que todos os usuários dos serviços de assistência à saúde mental sejam atendidos.

(D) promover de forma crítica pleitos que defendam os direitos de sua categoria.

(E) comunicar ao Conselho Federal de Psicologia sobre seu desacordo sobre alguns itens da pauta da greve ou paralização.

16. (TJ/AP – FCC – 2014) Consta no Código de Ética Profissional do Psicólogo, em seu Art. 21, que as transgressões dos preceitos do Código constituem infração disciplinar com a aplicação de penalidades, na forma de dispositivos legais ou regimentais, dentre elas, a

(A) censura privada.

(B) multa.

(C) permissão do exercício profissional por somente 30 dias.

(D) cassação de documentos.

(E) prisão.

17. (TRF 2º REGIÃO – FCC – 2012) O Código de Ética Profissional do Psicólogo prevê que, quando requisitado a depor em juízo, o psicólogo

(A) poderá prestar informações, considerando o previsto no referido Código.

(B) não está obrigado a comparecer à audiência.

(C) deve indicar bibliografia que esclareça previamente alguns pontos ao juiz.

(D) pode apenas responder a quesitos.

(E) deve sempre entregar por escrito seus achados e conclusões sobre o caso.

18. (TJ/MS – PUC PR – 2017) Com base no disposto no Código de Ética Profissional do Psicólogo, marque a alternativa que **NÃO** representa um dever desse profissional.

(A) Pleitear ou receber comissões, empréstimos, doações ou vantagens outras de qualquer espécie, além dos honorários contratados.

(B) Assumir responsabilidades profissionais somente por atividades para as quais esteja capacitado pessoal, teórica e tecnicamente.

(C) Prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou de emergência, sem visar benefício pessoal.

(D) Informar, a quem de direito, os resultados decorrentes da prestação de serviços psicológicos, transmitindo somente o que for necessário para a tomada de decisões que afetem o usuário ou beneficiário.

(E) Ter, para com o trabalho dos psicólogos e de outros profissionais, respeito, consideração e solidariedade, e, quando solicitado, colaborar, salvo impedimento por motivo relevante.

19. (DPE/RS – FCC -2017) Mariana, psicóloga com alguns anos de formação clínica, possui dois sobrinhos, filhos de sua única irmã Miriam. Certo dia, em uma conversa familiar, Miriam informou a toda a família que as crianças estão sofrendo muito com a separação conjugal dela e do marido. Miriam foi casada com Ricardo e, após doze anos de relacionamento, o casal decidiu se separar. Comunicaram essa decisão aos filhos de 5 e 7 anos e resolveram que seriam pais amigos e presentes, o que motivou a opção pela guarda compartilhada. No entanto, após 1 ano da separação, Ricardo entrou com uma ação judicial de reversão da guarda para unilateral, sob a alegação que Míriam não estava dando permissão total para seu acesso aos filhos. O juiz determinou perícia psicológica e o ex-casal Míriam e Ricardo, de comum acordo, sugeriu que o trabalho fosse realizado pela psicóloga Mariana, pois ela conhecia melhor do que ninguém as crianças, a história do casal e poderia também oferecer melhores custos para a família que, naquele momento, atravessava dificuldades financeiras.

Levando-se em consideração o Código de Ética Profissional do Psicólogo divulgado pelo Conselho Federal de Psicologia é correto afirmar que

(A) A ponderação do custo-benefício deve ser imperiosa para o juiz na aceitação do nome da perita indicada pelas partes.

(B) Mariana não poderá assumir o encargo de ser perita ou avaliadora da situação, pois possui vínculos pessoais com a família solicitante.

(C) a vinculação pré-existente entre Mariana e a família, que ora lhe solicita a avaliação, trará maior clareza, profundidade e agilidade na análise que será apresentada ao juiz e, portanto, a tarefa pericial deve ser imediatamente iniciada por ela.

(D) a psicóloga Mariana não possui a especialidade solicitada na perícia, qual seja, avaliação de família em sofrimento e, portanto, necessitará solicitar um prazo maior ao juiz para a realização do trabalho.

(E) Mariana poderá apenas formular quesitos, entregá-los aos advogados das partes e, posteriormente, quando tiver conhecimento do laudo protocolado, respondê-los com o cuidado de indicar seu número de registro profissional.

20. (TJ/PR – UFPR – 2017) A Resolução CFP nº 010/2005, aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo (CEPP), sendo possível encontrar:

"Toda profissão define-se a partir de um corpo de práticas que busca atender demandas sociais, norteado por elevados padrões técnicos e pela existência de normas éticas que garantam a adequada relação de cada profissional com seus pares e com a sociedade como um todo."

Analise as afirmativas a seguir.

I. No atendimento à criança, ao adolescente ou ao interdito, deve ser comunicado aos responsáveis o estritamente essencial para se promoverem medidas em seu benefício.

II. O psicólogo, no relacionamento com profissionais não psicólogos, compartilhará somente informações relevantes para qualificar o serviço prestado, resguardando o caráter confidencial das comunicações.

III. Quando requisitado a depor em juízo, o psicólogo não poderá prestar informações, considerando a obrigatoriedade

de manutenção do sigilo.

IV. A utilização de quaisquer meios de registro e observação da prática psicológica obedecerá às normas vigentes,

devendo o usuário ou beneficiário, desde o início, ser informado.

V. Nos documentos que embasam as atividades em equipe multiprofissional, o psicólogo registrará todas as informações referentes ao trabalho desenvolvido.

Assinale a alternativa que corresponde às afirmativas **CORRETAS**.

A) II, III e IV.

B) I, II e IV.

C) III e IV.

D) I, III e V.

E) II, IV e V.

21. (MPE/AC – FMP CONCURSOS – 2013) As transgressões dos preceitos do Código de Ética constituem infração disciplinar com a aplicação das seguintes penalidades, na forma dos dispositivos legais ou regimentais:

(A) Aviso.
(B) Advertência.
(C) Multa ou multa com censura pública, sendo esta última ad referendum do Conselho Regional de Psicologia.
(D) Suspensão do exercício profissional, por até trinta dias, ad referendum do Conselho Regional de Psicologia.
(E) Cassação do exercício profissional, ad referendum do Conselho Regional de Psicologia.

22. (IAMSPE – QUADRIX – 2017) De acordo com o Código de Ética profissional dos psicólogos, ao promover publicamente seus serviços, por quaisquer meios, individual ou coletivamente, deverá:

(A) Avaliar os riscos envolvidos, tanto pelos procedimentos quanto pela divulgação dos resultados, com o objetivo de proteger as pessoas, os grupos, as organizações e as comunidades envolvidas.
(B) Informar seu nome completo, CRP e seu número de registro.
(C) Garantir o anonimato das pessoas, dos grupos ou das organizações , salvo se a divulgação das identidades constituir interesse manifesto destes.

(D) Garantir o caráter voluntário da participação dos envolvidos, mediante consentimento livre e esclarecido, salvo nas situações previstas em legislação específica e respeitando-se os princípios deste Código.

(E) Garantir o acesso das pessoas, dos grupos ou das organizações aos resultados das pesquisas ou dos estudos após seu encerramento, sempre que assim o desejarem.

23. (IAMSPE – QUADRIX – 2017) Segundo o Código de Ética profissional dos Psicólogos (Resolução CFP nº10/2005), é vedado ao psicólogo

(A) Estipular o valor de acordo com as características da atividade e o comunicar ao usuário ou beneficiário antes do início do trabalho a ser realizado.

(B) Induzir a convicções políticas, religiosas, filosóficas, morais, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito quando do exercício de suas funções profissionais.

(C) Participar de greves ou paralisações.

(D) Encaminhar a profissionais ou instituições habilitados e qualificados demandas que extrapõem seu campo de atuação.

(E) Intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional, a pedido do profissional responsável pelo serviço.

24. (IAMSPE – QUADRIX – 2017) O Código de Ética profissional dos psicólogos estabelece padrões esperados quanto às práticas referendadas pela respectiva categoria profissional. Nesse sentido, é correto afirmar que o psicólogo

(A) Assegure a qualidade dos serviços oferecidos independentemente do valor acordado.

(B) Deve comunicar todas as informações da sessão aos responsáveis no atendimento à criança.

(C) Esteja impedido de prestar informações quando requisitado a depor em juízo, mesmo considerando-se o previsto no Código de Ética profissional dos psicólogos.

(D) Esteja dispensado de zelar por seus arquivos confidenciais em caso de interrupção do trabalho por quaisquer motivos.

(E) Possa divulgar a identidade das pessoas envolvidas em caso de pesquisas.

25. (TJ/PI – FGV – 2015) Renata é psicóloga do Tribunal de Justiça, lotada numa Vara de Infância e Juventude. Contudo, nas horas vagas, ela atua numa organização sem fins lucrativos, que orienta e atende famílias em processo de adoção. Em geral, ao perceber as dificuldades das pessoas atendidas no tribunal, Renata costuma sugerir o encaminhamento para essa organização onde ela trabalha. De acordo com o Código de Ética profissional do psicólogo:

(A) não há infração ética, por se tratar de organização sem fins lucrativos;

(B) não há infração ética, desde que o encaminhamento esteja de acordo com o melhor interesse da criança;

(C) não há infração ética, contanto que as pessoas sejam atendidas por outros psicólogos da Vara de Infância e Juventude onde Renata está lotada;

(D) há infração ética somente no caso de Renata atender ou supervisionar na organização as mesmas pessoas que encaminhou do Tribunal;

(E) há infração ética caso o desvio para a organização vise o benefício próprio da Renata.

26. (TRT 1 – AOCP – 2018) De acordo com o Código de Ética profissional do Psicólogo, assinale a alternativa correta.

(A) É vedado ao psicólogo promover publicamente seus serviços, por quaisquer meios, individual ou coletivamente.

(B) Nos documentos que embasam as atividades em equipe multiprofissional, o psicólogo registrará apenas as informações necessárias para o cumprimento dos objetivos do trabalho.

(C) Em atividades com equipes multiprofissionais, o psicólogo compartilhará todas as informações a que teve acesso assinalando a responsabilidade de quem as receber pela manutenção do sigilo.

(D) É vedado ao Psicólogo informar, a quem de direito, os resultados decorrentes da prestação de serviços psicológicos, transmitindo somente o que for necessário para a tomada de decisões que afetem o usuário ou beneficiário.

(E) O psicólogo poderá divulgar, ensinar, ceder, emprestar ou vender a leigos instrumentos e técnicas psicológicas que não utilize mais em seus serviços.

27. (EBSERH – AOCP – 2017) Toda profissão define-se a partir de um corpo de práticas que busca atender demandas sociais, norteado por elevados padrões técnicos e pela existência de normas éticas que garantam a adequada relação de cada profissional com seus pares e com a sociedade como um todo. O Código de Ética da Psicologia é reflexo da necessidade, sentida pela categoria e suas entidades representativas, de atender à evolução do contexto institucional-legal do país, marcadamente a partir da promulgação da denominada Constituição Cidadã, em 1988, e das legislações dela decorrentes. De acordo com o código que rege a profissão do psicólogo, assinale a alternativa correta.

(A) O psicólogo, ao participar de atividade em veículos de comunicação, poderá divulgar qualificações, valores, atividades e recursos relativos a técnicas e práticas que estejam reconhecidas ou regulamentadas pela profissão, a fim de esclarecimentos a população.

(B) Em caso de interrupção do trabalho do psicólogo como demissão ou exoneração, ele fica responsável por guardar de maneira segura todo o seu material, evitando que o outro profissional tenha acesso para que não haja nenhum tipo de exposição do paciente ou quebra de sigilo.

(C) De acordo com o Art. 7º- o psicólogo não poderá intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional.

(D) O Art. 16 prevê, em relação à realização de estudos, pesquisas e atividades voltadas para a produção de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias, que o psicólogo avaliará os riscos

envolvidos, tanto pelos procedimentos, como pela divulgação dos resultados, com o objetivo de proteger as pessoas, grupos, organizações e comunidades envolvidas.

(E) Não é vedado ao psicólogo, de acordo com o Art. 2º-, desviar para serviço particular ou de outra instituição, visando benefício próprio, pessoas ou organizações atendidas por instituição com a qual mantenha qualquer tipo de vínculo profissional.

28. (EBSERH – AOCP – 2016) A ética é um princípio eficaz dentro de uma profissão e, quando cumprida de forma correta, há benefícios tanto para quem pratica, quanto para quem recebe. A prática da psicologia é norteada por um código de ética profissional. Assinale a alternativa correta no que diz respeito a esse código.

(A) No Brasil, a regulamentação da psicologia como profissão aconteceu em 27 de agosto de 1962, concomitantemente com o código de ética da profissão, que se mantém inalterado desde então.

(B) De acordo com o Art. 2º do código de ética profissional do psicólogo, a ele é vedado fornecer ao seu substituto, quando solicitado, as informações necessárias à evolução do trabalho.

(C) É dever do psicólogo induzir qualquer pessoa ou organização a recorrer a seus serviços, visando à promoção da saúde.

(D) É vedado ao psicólogo, segundo o Art. 2º do código de ética, prestar serviços ou vincular o título de psicólogo a serviços de atendimento psicológico cujos procedimentos, técnicas e meios não estejam regulamentados ou reconhecidos pela profissão.

(E) É dever do psicólogo receber, pagar remuneração ou porcentagem por encaminhamento de serviços.

29. (PREF. MARILENA/PR – AOCP – 2016) De acordo com o Código de Ética, é permitido ao psicólogo

(A) induzir pessoas ou instituições a recorrer a seus serviços.

(B) realizar diagnóstico e divulgar procedimentos em meios de comunicação.

(C) identificar o sujeito ao relatar estudo ou análise de caso.

(D) prestar informações que esclareçam a natureza básica dos seus serviços.

(E) divulgar o preço de seus serviços para fazer propaganda de seus atendimentos.

30. (PREF. DE FUNDÃO – AOCP – 2014) De acordo com os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do Psicólogo, cabe a este profissional, EXCETO

(A) basear seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano.

(B) desconsiderar as relações de poder nos contextos em que atua, pois essas relações não são fundamentais ao avanço e desenvolvimento das instituições.

(C) contribuir para promover a universalização do acesso da população às informações e ao conhecimento da ciência psicológica, aos serviços e aos padrões éticos da profissão.

(D) zelar para que o exercício profissional seja efetuado com dignidade, rejeitando situações em que a psicologia esteja sendo aviltada.

(E) atuar com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.

31. (PREF. DE FUNDÃO – AOCP – 2014) No que se refere às responsabilidades do psicólogo, conforme o seu Código de Ética, é vedado a este profissional, EXCETO

(A) induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais.

(B) ser conivente com erros, faltas éticas, violação de direitos, crimes ou contravenções penais praticados por psicólogos na prestação de serviços profissionais.

(C) sugerir serviços de outros psicólogos, sempre que, por motivos justificáveis, não puderem ser continuados pelo profissional que assumiu inicialmente, fornecendo ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho.

(D) estabelecer com a pessoa atendida, familiar ou terceiro, que tenha vínculo com o atendido, relação que possa interferir negativamente nos objetivos do serviço prestado.

(E) receber ou pagar, remuneração ou porcentagem, por encaminhamento de serviços.

32. (IMESC – VUNESP – 2013) Um dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do Psicólogo, publicado em 15 de agosto de 1987, indica que a atuação do psicólogo deve compreender uma análise crítica

(A) da realidade psicológica e pessoal dos seres humanos.

(B) da realidade política e social.

(C) das políticas públicas de saúde mental.

(D) da realidade inserida no contexto do sujeito psíquico.

(E) dos atendimentos psicológicos e tratamentos atualizados.

33. (PREF. CUBATÃO – 2012 – VUNESP) Um psicólogo que trabalha em uma equipe interdisciplinar decide usar um teste psicológico para fins de pesquisa de incidência de depressão em um grupo de

mulheres mastectomizadas. Devido ao alto número de pacientes envolvidas no estudo, o psicólogo treina o psiquiatra e a assistente social na aplicação e avaliação do teste, dado que esses profissionais têm o primeiro contato com essas mulheres. Assinale a alternativa que caracteriza a conduta do psicólogo em termos do Código de Ética.

(A) Como a situação se dá em contexto de pesquisa, sem consequências para as pacientes, a conduta do psicólogo não constitui violação do código de ética.

(B) Dado que os testes psicológicos são de uso exclusivo de psicólogos, a conduta do psicólogo constitui violação do código de ética.

(C) A conduta do psicólogo não constituirá violação ao código de ética se a avaliação das respostas das pacientes ao teste for feita por software.

(D) O código de ética não se aplica à conduta do psicólogo na situação de pesquisa descrita.

(E) Há violação do código de ética porque o psicólogo utiliza pacientes reais para a realização de pesquisas.

34. (PREF. PRESIDENTE PRUDENTE – VUNESP – 2016) Um psicólogo está avaliando uma criança com problemas de aprendizagem. Durante a realização da testagem psicológica, este profissional identifica que ela precisa ser submetida a um teste psicológico para o qual ele não está teórica e tecnicamente capacitado. Nesse caso, o psicólogo

(A) pode encaminhar a criança para ser testada por um profissional que conhece a técnica, que encaminhará ao psicólogo os resultados da avaliação.

(B) deve solicitar aos pais da criança que recomecem o processo psicodiagnóstico com um profissional que conheça o teste necessário para avaliação da criança.

(C) encaminha os pais e o material produzido para um profissional que esteja capacitado para dar continuidade ao processo e aplicar o teste necessário à avaliação da criança.

(D) dá continuidade à avaliação da criança sem aplicar o teste psicológico para o qual não está capacitado, esclarecendo as limitações de sua avaliação no laudo elaborado.

(E) pede aos pais que aguardem até que ele possa se informar e capacitar-se para a utilização do teste necessário para dar continuidade à avaliação da criança.

35. (PREF. SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – VUNESP – 2016) Um psicólogo, que realiza atendimento psicológico de um jovem que cumpriu medida socioeducativa com privação de liberdade, foi convocado pelo juiz que acompanha o caso para depor em juízo. Nesse caso, o psicólogo

(A) pode depor em juízo, desde que o jovem, seu cliente, o autorize e seja informado sobre o conteúdo apresentado ao juiz.

(B) deve se recusar a depor em juízo, em respeito às questões que envolvem o sigilo e a confidencialidade dos dados de seu cliente.

(C) necessita da autorização dos pais ou responsáveis pelo menor para atender à solicitação do juiz para depor.

(D) precisa encaminhar ao juiz uma avaliação psicológica completa do jovem, pois está proibido de depor em juízo.

(E) pode prestar informações durante o julgamento, considerando sempre o que está previsto no Código de Ética.

36. (PREF. DE MARATAÍZES/ES – VUNESP – 2014) A pedido de um psicólogo que atua na mesma equipe multiprofissional que ele, um outro profissional da equipe, também psicólogo, assume a coordenação de um grupo terapêutico de pacientes do serviço de saúde no qual ambos trabalham. Essa atitude do profissional

(A) está eticamente correta, pois, em um trabalho em equipe, os psicólogos devem informar todos os detalhes dos atendimentos realizados a todos seus colegas.

(B) implica uma falta ética grave, porque o profissional não pode se responsabilizar por serviços psicológicos prestados por outro profissional.

(C) está eticamente correta, porque um psicólogo pode intervir em qualquer atendimento feito por um colega, desde que esteja qualificado técnica e teoricamente.

(D) envolve falta ética, porque os dados do atendimento realizado em grupo são sigilosos, e não podem ser informados a outros profissionais. (E) é eticamente correta, porque ele está intervindo na prestação de serviços psicológicos efetuados por outro profissional a pedido deste.

37. (IAMSPE – VUNESP – 2012) Um paciente acompanhado por uma equipe interdisciplinar, e internado numa unidade de terapia intensiva de um hospital, precisa urgentemente ser submetido a um procedimento cirúrgico que transgride os seus preceitos religiosos. A equipe solicita a intervenção do psicólogo, justificando que ele é o profissional capacitado para convencer o paciente e seus familiares a aceitarem e autorizarem a intervenção, a despeito de suas convicções religiosas. Nesse caso, de acordo com o que dispõe o Código de Ética, no seu artigo 2.º, item b, o psicólogo deve

(A) atender à solicitação, em respeito ao princípio ético de que todo psicólogo dever ter, para com o trabalho de outros profissionais, respeito, consideração e solidariedade.

(B) rejeitar a solicitação para não descumprir o princípio ético que veda ao psicólogo induzir convicções filosóficas, morais, ideológicas e religiosas no exercício de suas funções.

(C) aceitar a solicitação pois, o código de ética determina que todo psicólogo deve aceitar a sua responsabilidade profissional em relação às atividades para as quais esteja capacitado.

(D) rejeitar a solicitação, tendo como argumento o fato de que o pedido dos colegas da equipe o induzem à prática de negligência em relação ao paciente.

(E) aceitar a solicitação, pois é dever do psicólogo fornecer, a quem de direito, na prestação de serviços psicológicos, informações concernentes aos objetivos do seu trabalho.

38. (IAMSPE – VUNESP – 2012) Um psicólogo integra uma equipe multiprofissional que presta atendimento à comunidade numa unidade hospitalar. Um paciente que é atendido por um de seus colegas psicólogos comparece à unidade numa situação que envolve risco e que caracteriza uma emergência. Como dispõe o artigo 7.º do Código de Ética profissional, o psicólogo deve

(A) recusar-se a atender o paciente, pois não deu ciência do fato ao colega que é responsável pelo atendimento desse paciente.

(B) encaminhar o paciente ao consultório particular de seu colega, para que receba o atendimento em caráter de urgência.

(C) adiar o atendimento do paciente, pois ele não interrompeu formalmente seu vínculo com o colega da equipe.

(D) atender o paciente porque, num atendimento realizado em equipe, todos os profissionais assumem as mesmas funções e papeis.

(E) atender o paciente, mesmo sem o conhecimento do colega, porque o caso caracteriza-se como uma emergência.

39. (TJ/PA – VUNESP – 2014) O Código de Ética do psicólogo declara explicitamente que a missão primordial de um código de ética profissional é

(A) promover a reflexão sobre condutas a adotar diante de dilemas éticos associados a práticas específicas.

(B) balizar a atuação do psicólogo considerando o indivíduo em sua singularidade, sem consideração por aspectos

sociais, políticos ou culturais.

(C) normatizar a natureza técnica do trabalho profissional, determinando, por exemplo, quais instrumentos podem ser utilizados. (D) estabelecer um conjunto fixo de normas e procedimentos que expressam valores universais do sujeito humano e seus direitos fundamentais.

(E) assegurar um padrão de conduta que fortaleça o reconhecimento profissional daquela categoria profissional.

40. (PREF. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – VUNESP – 2012) Um psicólogo atua num serviço de atendimento à saúde da comunidade, integrando uma equipe interdisciplinar. Os membros dessa equipe solicitam a esse psicólogo que faça registros nos prontuários dos pacientes por ele atendidos sobre as práticas psicológicas que adota e sobre as informações importantes para o cumprimento dos objetivos de tratamento traçados pela equipe. A solicitação da equipe

(A) deve ser atendida, pois as informações solicitadas são necessárias à metodologia de trabalho em equipe multiprofissional.

(B) deve ser recusada, pois com essa atitude o psicólogo divulga o conhecimento de técnicas e instrumentos psicológicos a leigos.

(C) deve ser atendida, pois o acesso da equipe a todas as informações sobre os atendimentos e avaliações psicológicas realizadas não fere as questões do sigilo.

(D) deve ser recusada, pois mesmo num trabalho em equipe multiprofissional o psicólogo deve garantir aos clientes sigilo e confidencialidade de todos os dados por eles fornecidos.

(E) deve ser atendida, pois a conduta ética adotada por uma equipe multiprofissional extrapola os limites dos códigos de ética de profissões isoladas.

41. (PREF. LOUVEIRA/SP – VUNESP – 2007) Um psicólogo integra uma equipe multidisciplinar que trabalha num Ambulatório de Saúde Mental. Um paciente, de um outro psicólogo da equipe que está de férias, comparece ao ambulatório para procurar ajuda, pois tentou suicídio. Nesse caso, o profissional

(A) não poderá atender o paciente porque estará interferindo na conduta de um colega de profissão.

(B) poderá prestar serviço ao paciente porque este está correndo risco e deverá informar o fato ao seu colega imediatamente.

(C) poderá atender o paciente e deverá, então, assumir a responsabilidade pela condução do atendimento.

(D) não poderá atender o paciente porque essa atitude fere o contrato estabelecido entre os profissionais de uma equipe multidisciplinar.

(E) poderá atender o paciente desde que este se comprometa a romper o vínculo com seu terapeuta anterior.

42. (PREF. LOUVEIRA/SP – VUNESP – 2007) Um garoto de 15 anos comparece a um serviço de atendimento psicológico solicitando atendimento em psicoterapia. Ele informa que perdeu os pais e não existe ninguém que possa se responsabilizar por ele. Para realizar o atendimento, o psicólogo

(A) deverá sugerir que o garoto procure uma autoridade para emancipar-se legalmente, já que não tem representante legal.

(B) não deverá realizar o atendimento, pois corre o risco de ser denunciado por ato infracional.

(C) deverá assumir a responsabilidade legal e pelo atendimento do jovem junto às autoridades competentes.

(D) deverá comunicar as autoridades competentes sobre o início do atendimento.

(E) deverá pedir que o menor assine um documento no qual ele se responsabiliza legalmente pelo atendimento.

43. (PREF. DE SOROCABA – VUNESP – 2008) Está previsto no código de ética profissional do psicólogo que uma pessoa que foi submetida a um processo de avaliação psicológica poderá ter acesso aos resultados

(A) somente quando o parecer for solicitado por um profissional de saúde.

(B) eventualmente, em caso de perícia que informe sobre transtornos mentais.

(C) parciais apenas, em razão do sigilo profissional que deve ser mantido.

(D) de forma irrestrita, sendo informado sobre os dados decorrentes de sua avaliação.

(E) normalmente, quando se tratar de um psicodiagnóstico solicitado pelo médico.

44. (UFSCAR – VUNESP – 2008) Um psicólogo é abordado por uma empresa que tem interesse em contratar seus serviços. O psicólogo tem informações fidedignas de que a empresa apresenta atividades irregulares, como contratação de menores e, possivelmente, lavagem de dinheiro. Segundo o Código de Ética do Psicólogo,

(A) mesmo condenando as atividades da empresa, o psicólogo poderá prestar serviços como assessor externo.

(B) o psicólogo deverá recusar-se a prestar serviços à empresa e apresentar denúncia ao órgão competente.

(C) o psicólogo deverá solicitar à empresa um documento que confirme sua atuação restrita ao âmbito da Psicologia.

(D) não haveria restrições à prestação de serviços à empresa, pois questões desse tipo ficam a critério do próprio psicólogo.

(E) o psicólogo poderá prestar serviços à empresa, desde que seu conhecimento das atividades irregulares da instituição não possa ser comprovado.

45. (IAMSPE – VUNESP – 2009) Quando um psicólogo integra uma equipe multiprofissional de atendimento à população, ele deve registrar nos prontuários que oferecem subsídios à atuação de sua equipe

(A) apenas as informações necessárias para atender aos objetivos do trabalho de sua equipe.

(B) todas as informações que dispõe sobre as avaliações realizadas e as sessões de atendimento.

(C) só as informações sobre a avaliação diagnóstica realizada e os testes psicológicos aplicados.

(D) as informações genéricas sobre comparecimentos às sessões e foco definido para o atendimento.

(E) nenhuma informação sobre o cliente em respeito à questão de sigilo e confidencialidade dos dados.

46. (IAMSPE – VUNESP – 2009) Um psicólogo pode intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional na seguinte situação:

(A) para realizar atendimento não eventual de criança ou adolescente a pedido de seus responsáveis legais.

(B) no caso de falta por motivo injustificado desse colega às sessões de atendimento previstas.

(C) por ocasião de greves ou paralisações no seu local de trabalho com as quais não concorde.

(D) desde que esteja capacitado teórica e tecnicamente para assumir as intervenções já conduzidas.

(E) quando se tratar de atendimento multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia adotada.

47. (PREF. DE MOGI DAS CRUZES – VUNESP – 2009) O Código de Ética Profissional do Psicólogo, em seu art. 7.o, determina que o profissional psicólogo possa intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional, na seguinte situação:

(A) caso haja prévia comunicação sobre a paralisação dos atendimentos aos usuários ou beneficiários dos serviços.

(B) quando se configuram conflitos decorrentes do processo de atendimento, entre cliente e profissional.

(C) quando a qualidade do trabalho realizado afeta uma pessoa do seu vínculo pessoal.

(D) em caso de extinção do serviço de Psicologia, o profissional poderá facilitar o acesso das pessoas, grupos ou organizações, aos resultados das pesquisas.

(E) quando se tratar de trabalho multiprofissional, e a intervenção fizer parte da metodologia adotada.

48. (PREF. LUCÉLIA – VUNESP – 2009) Em uma equipe multidisciplinar, envolvendo profissionais de diversas áreas, o psicólogo deve compartilhar com os demais membros da equipe

(A) todas as conclusões a que chegou a respeito do caso em questão. (B) todas as informações que lhe forem solicitadas, desde que esteja seguro delas.

(C) somente os dados relevantes para a compreensão e o encaminhamento do caso.

(D) somente os dados que lhe forem especificamente solicitados pelos outros profissionais.

(E) somente os dados obtidos por meio da aplicação de testes psicológicos.

49. (CAMPUS DE MARÍLIA – VUNESP – 2010) Jovem, menor de idade, solicita atendimento psicológico a um profissional que trabalha num serviço de atenção à saúde mental, devido a intensas crises de ansiedade. O jovem informa que não tem contato com seus responsáveis legais cujo paradeiro desconhece. Nesse caso, o psicólogo

(A) pode realizar o atendimento sem qualquer impedimento desde que o caso seja grave.

(B) não pode realizar sequer a primeira entrevista com o jovem para que não se configure falta ética.

(C) deve auxiliar o jovem a encontrar seus responsáveis legais antes de ser autorizado a atendê-lo.

(D) pode iniciar o atendimento e assumir a responsabilidade legal pelo ato, enquanto durar o atendimento.

(E) pode iniciar o atendimento, desde que comunique o fato às autoridades competentes.

50. (SAP/SP – VUNESP – 2011) É permitido a um psicólogo intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional, na seguinte situação:

(A) quando o atendimento não for interrompido voluntariamente e de forma definitiva.

(B) em casos que não constituem emergência ou risco a um paciente de qualquer serviço de atendimento.

(C) quando o pedido de intervenção for solicitado pelo cliente e não for comunicado ao profissional responsável pelo caso.

(D) quando o profissional faz parte de uma equipe multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia por ela adotada.

(E) quando esse psicólogo já mantém um contato pessoal e anterior com o cliente atendido por este outro profissional.

51. (SAP/SP – VUNESP – 2011) Um psicólogo é chamado para depor em juízo, e o juiz decidiu pela quebra do sigilo profissional. Nesse caso, esse psicólogo deverá

(A) apresentar de forma minuciosa e documental todas as informações sobre o objeto de questionamento.

(B) limitar suas informações ao estritamente necessário para elucidação do objeto de questionamento.

(C) recusar-se a depor, valendo-se da determinação exposta no Código de Ética da profissão.

(D) solicitar ao cliente que é alvo do questionamento autorização por escrito para depor.

(E) apresentar documentação ao Conselho Federal de Psicologia, solicitando autorização para depor.

52. (PREF. SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP – VUNESP – 2011) Em casos excepcionais, é considerada a possibilidade de o psicólogo decidir pela quebra de sigilo. Um desses casos é

(A) no atendimento a pessoas que perderam sua capacidade civil e estão privadas juridicamente de tomar decisões, quando o psicólogo está autorizado a tornar públicas todas as informações sobre o atendimento que realiza.

(B) nos documentos que embasam as atividades realizadas por uma equipe multiprofissional, quando o psicólogo se compromete a apresentar todos os dados sobre a avaliação e sobre os atendimentos por ele realizados.

(C) no caso de ser convocado, por uma intimação judicial, a prestar depoimento sobre as condições de uma pessoa por ele atendida, quando oferecerá somente as informações necessárias.

(D) no atendimento de crianças e jovens, quando o profissional deve apresentar aos pais ou responsáveis legais todas as informações sobre os atendimentos realizados para promover medidas em seu benefício.

(E) no atendimento realizado a pessoas que disputam a guarda de filhos, quando o psicólogo se responsabiliza por fornecer todas as informações que possam auxiliá-las a obter um parecer favorável no processo de decisão judicial.

53. (CAMPUS DE BAURU – VUNESP – 2011) De acordo com o texto oficial do Código de Ética, a missão primordial do profissional em psicologia é

(A) assegurar padrão de conduta que fortaleça o reconhecimento social da categoria.

(B) normatizar os testes e garantir a natureza técnica do trabalho.

(C) fixar e fiscalizar conjunto de normas técnicas atemporais.

(D) favorecer a utilização de práticas psicológicas como instrumentos de disciplina.

(E) promover convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas e religiosas.

54. (CAMPUS DE BAURU – VUNESP – 2011) Assinale a alternativa na qual esteja descrita uma situação em que o psicólogo poderá intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro psicólogo da equipe.

(A) O psicólogo atuará mesmo que não haja o pedido do profissional responsável pelos serviços, bastando que o usuário do serviço solicite a sua intervenção.

(B) O psicólogo atuará em caso de emergência ou risco ao beneficiário ou usuário do serviço, sendo facultativo dar imediata ciência ao outro profissional.

(C) O psicólogo atuará independentemente da interrupção voluntária e definitiva do serviço por parte do usuário e da necessidade de informar o outro profissional.

(D) O psicólogo assumirá o trabalho não eventual em criança, adolescente ou adulto, bastando que um dos pais autorize ou solicite a intervenção.

(E) O psicólogo assumirá quando se tratar de trabalho cujas intervenções façam parte da metodologia adotada e pactuada pela equipe.

55. (PREF. DE ALUMÍNIO – VUNESP – 2011) O CFP (Conselho Federal de Psicologia), na orientação ética dos profissionais em atuação no país, apresenta periodicamente resoluções de modo a aprimorar seu trabalho. Assinale a alternativa que reflete determinação explícita do CFP.

(A) É vedado ao psicólogo o uso de instrumentos ainda não normatizados em processos de seleção.

(B) É permitido ao psicólogo reter do paciente, ou de seus responsáveis, material relativo à avaliação psicológica.

(C) É vedado ao psicólogo divulgar seus serviços profissionais por meios eletrônicos.

(D) É permitido ao psicólogo redigir laudos periciais sem a ciência da pessoa objeto do estudo.

(E) É permitido ao profissional utilizar-se de procedimentos não referendados, desde que não haja cobrança de honorários.

56. (UNESP – VUNESP – 2012) Um psicólogo recebe para avaliação psicológica um indivíduo e, após a realização do processo psicodiagnóstico, identifica que ele não possui capacitação teórica e técnica para oferecer o atendimento necessário a esse indivíduo. Nesse caso, como determina o Código de Ética Profissional, art. 1.°, item h, o psicólogo deve

(A) estabelecer com outro profissional um acordo de prestação de serviço, para responder à demanda desse indivíduo sem interromper o vínculo profissional já estabelecido com ele.

(B) orientar esse indivíduo sobre o encaminhamento apropriado, e fornecer ao profissional que o sucederá os documentos pertinentes ao bom acompanhamento do caso.

(C) procurar se capacitar teórica e tecnicamente para prestar o atendimento necessário, para garantir que o indivíduo por ele avaliado receba um atendimento de qualidade.

(D) contratar os serviços de outro profissional para que se realize uma nova avaliação sobre o caso e um atendimento adequado à demanda identificada nesse indivíduo.

(E) interromper o atendimento e o vínculo estabelecido com esse indivíduo, para que este tenha oportunidade de escolher livremente outro profissional para atendê-lo.

57. (UNESP – VUNESP – 2012) Um psicólogo realiza sua prática clínica integrada às ações de saúde desenvolvidas por uma equipe multiprofissional num centro de atenção à saúde da população. Essa equipe determina que sejam registradas no prontuário de cada um de seus usuários as informações referentes a todos os atendimentos por eles realizados. Nesse caso, como dispõe o art. 12 do Código de Ética profissional, o psicólogo

(A) informa ao coordenador da equipe que não pode lhe revelar dados sobre os pacientes por ele atendidos, em respeito ao sigilo.

(B) anota no prontuário os dias e o tipo de atendimento realizado, mas nenhuma informação sobre os casos por ele atendidos.

(C) informa que só poderá manter num arquivo confidencial, só manipulado por ele, as informações sobre os casos por ele atendidos. (D) registra nesses prontuários todas as informações disponíveis sobre os atendimentos por ele realizados, para oferecer subsídios para toda a equipe.

(E) registra nos prontuários somente as informações necessárias para o cumprimento dos objetivos do trabalho da equipe.

58. (PREF. DE SERTÃOZINHO – VUNESP – 2012) Um psicólogo faz parte da equipe de uma instituição que presta serviços em saúde à população. Esse psicólogo tem algumas divergências em relação à missão, às políticas e às práticas adotadas pela equipe de profissionais desse serviço, que contrariam as orientações de sua prática profissional. Nesse caso, de acordo com o que preconiza o Código de Ética de sua categoria, ele deve

(A) divulgar os procedimentos adotados por essa instituição junto aos meios de comunicação, como forma de alertar a população.

(B) resguardar o caráter confidencial das práticas e políticas adotadas por essa instituição, assegurando a sua responsabilidade em relação ao sigilo diante dos procedimentos adotados.

(C) organizar junto aos usuários e beneficiários dos serviços dessa instituição, a paralisação das atividades por ela realizadas até que ocorra uma intervenção no local.

(D) desviar para outros serviços e instituições as demandas acolhidas por essa instituição, visando o benefício e a continuidade do atendimento à população.

(E) recusar-se a prestar serviços e, se pertinente, apresentar denúncia ao órgão competente sobre os serviços prestados por essa instituição.

59. (PREF. ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE POÁ/SP – VUNESP – 2013) Um psicólogo que conhece os princípios básicos do Código de Ética, que rege a sua atuação profissional, deve saber que, quando ele integra uma proposta de atendimento em equipe multiprofissional de saúde, ele

(A) só pode manter as informações e dados obtidos sobre os casos por ele atendidos num arquivo pessoal.

(B) mantém o caráter confidencial das informações que lhe fazem seus clientes e não as compartilha com outros membros da equipe.

(C) deve registrar nos documentos, que embasam as atividades da equipe, todas as informações referentes aos seus casos.

(D) pode intervir na prestação de serviços efetuados por outros psicólogos quando isso fizer parte da metodologia da equipe.

(E) pode substituir outro membro de sua equipe, de qualquer área do conhecimento, em qualquer atendimento.

60. (PREF. ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE POÁ/SP – VUNESP – 2013) Um psicólogo realizou uma única entrevista com um adolescente que procurou, espontaneamente, um serviço público de saúde mental, para orientá-lo em relação à sua demanda. De acordo com o Código de Ética Profissional dos Psicólogos, esse profissional

(A) não cometeu uma infração, porque atendeu o adolescente numa instituição pública de saúde que presta atendimento à população.

(B) cometeu falta ética, porque os adolescentes não podem ser atendidos sem o consentimento de ambos os pais ou pelos responsáveis.

(C) não transgrediu o Código de Ética de sua categoria, pois, a menos que veja o adolescente uma segunda vez, o atendimento teve caráter eventual.

(D) cometeu uma falta ética, porque um psicólogo não pode atender um adolescente sem a presença dos pais ou responsáveis.

(E) não transgrediu o Código de Ética, porque o adolescente procurou o serviço de saúde mental espontaneamente.

61. (PREF. ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE POÁ/SP – VUNESP – 2013) Durante a permanência de um psicólogo como membro de uma equipe que presta atendimento em saúde mental à população carente, ele realizou algumas intervenções na sua área de conhecimento para as quais não estava capacitado. De acordo com o que dispõe o Código de Ética do Psicólogo, esse profissional

(A) descumpriu a lei, pois, para atender às demandas da população, praticou o exercício ilegal da profissão.

(B) atuou com responsabilidade social, pois sua decisão indica que analisou criticamente as necessidades da população por ele atendida. (C) transgrediu o Código de Ética, porque prestou atendimento em caráter emergencial visando aos benefícios pessoais.

(D) atendeu aos princípios do Código de Ética de sua categoria, porque prestou atendimento em respeito aos direitos dos usuários.

(E) violou o princípio de que um psicólogo somente pode assumir responsabilidades por atividades para as quais esteja capacitado pessoal, teórica e tecnicamente.

62. (UFVJM – FUNDEP – 2017) O Código de Ética Profissional do Psicólogo estabelece padrões esperados quanto às práticas referendadas pela categoria profissional e pela sociedade, como também procura fomentar a autorreflexão exigida de cada indivíduo acerca da sua práxis. É vedado ao psicólogo na práxis de sua profissão:

(A) prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou de emergência, sem visar benefício pessoal.

(B) prestar serviços profissionais a organizações concorrentes de modo que possam resultar em prejuízo para as partes envolvidas, decorrentes de informações privilegiadas.

(C) fornecer, a quem é de direito, na prestação de serviços psicológicos, informações concernentes ao trabalho a ser realizado e ao seu objetivo profissional.

(D) assumir responsabilidades profissionais somente por atividades para as quais esteja capacitado pessoal, teórica e tecnicamente.

63. (PREF. DE BELA VISTA – FUNDEP – 2017) Sobre os deveres fundamentais descritos no Art. 1º do Código de Ética Profissional do Psicólogo, é correto afirmar:

(A) O psicólogo deve informar, a quem de direito for, os resultados decorrentes da prestação de serviços psicológicos, comunicando apenas o que for necessário para a tomada de decisões que afetem o beneficiário.

(B) O psicólogo deve induzir seus pacientes a convicções de orientação sexual quando do exercício de suas funções profissionais.

(C) O psicólogo deve pleitear ou receber comissões, doações ou empréstimos além dos honorários contratados, assim como intermediar transações financeiras.

(D) O psicólogo deve realizar diagnóstico, divulgar procedimentos ou apresentar resultados de serviços psicológicos em meios de comunicação, de forma a auxiliar grupos e organizações.

64. (IFN/MINAS – FUNDEP – 2016) De acordo com o Código de Ética Profissional do Psicólogo, é dever fundamental do psicólogo, EXCETO:

(A) Induzir os pacientes e as instituições às convenções políticas e filosóficas que possibilitem o desenvolvimento da sociedade.

(B) Prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou de emergência, sem visar benefício pessoal.

(C) Conhecer, divulgar, cumprir e fazer cumprir esse Código.

(D) Sugerir serviços de outros psicólogos, sempre que, por motivos justificáveis, não puderem ser continuados pelo profissional que os assumiu inicialmente, fornecendo ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho.

6. GABARITO

1. C
2. D
3. A
4. E
5. D
6. A
7. E
8. C
9. E
10. C
11. C
12. A
13. C
14. D
15. A
16. B
17. A
18. A
19. B
20. B
21. B
22. B
23. B
24. A
25. E
26. B
27. D
28. D
29. D
30. B
31. C
32. B
33. B
34. A
35. E
36. E
37. B
38. E
39. E
40. A

41. B
42. D
43. D
44. B
45. A
46. E
47. E
48. C
49. E
50. D
51. B
52. C
53. A
54. E
55. A
56. B
57. E
58. E
59. D
60. C
61. E
62. C
63. A
64. A

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. 

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. 

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. 

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. 

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. 

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. 

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. 

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. 

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.